


unesp  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

RENATO TONIA RIBEIRO

The winner takes it all: o problema da representatividade
no sistema eleitoral do Reino Unido.



ARARAQUARA – S.P.
2014

RENATO TONIA RIBEIRO

**The winner takes it all: o problema da representatividade
no sistema eleitoral do Reino Unido.**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Estado, Sociedade e Políticas Públicas

Orientador: Profa. Dra. Karina Pasquarelli Mariano

Bolsa: CAPES

ARARAQUARA – S.P.
2014

Ribeiro, Renato Tonia

The winner takes it all : o problema da representatividade no sistema eleitoral do Reino Unido / Renato Tonia Ribeiro – 2014

87 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara)

Orientador: Karina Lilia Pasquariello Mariano

1. Sistema eleitoral. 2. Debates de campanha eleitoral.
3. Eleições. I. Título.

RENATO TONIA RIBEIRO

THE WINNER TAKES IT ALL: o problema da representatividade no sistema eleitoral do Reino Unido.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa:

Orientador: Profa. Dra. Karina Pasquarelli Mariano

Bolsa: CAPES

Data da defesa: ___/___/___

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Profa. Dra. Karina Pasquarelli Mariano

Universidade Estadual Paulista – UNESP - Campus de Araraquara.

Membro Titular:

Prof. Dr. Luis Alexandre Fuccile

Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Franca

Membro Titular:

Prof. Dr. Pedro Floriano Ribeiro

Universidade Federal de São Carlos - UFSCar.

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras

UNESP – Campus de Araraquara

Ao meu tio Valdir que além de ser sempre alegria, virou saudade.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar aos meus pais, Carlos Ribeiro e Ana Claudia Ribeiro pelo apoio incondicional desde o começo dessa jornada. Pelo apoio, pela fé e pelo incentivo mesmo durante uma fase difícil para a família. Aos dois, meu muito obrigado com muito carinho e muito amor.

À minha orientadora professora Dr^a. Karina L.P. Mariano pela orientação sempre presente, por compreender minhas dificuldades, por me acalmar quando precisei, por me incentivar quando desanimei e por ter acreditado em mim desde o começo. Por ter me ensinado a ser um pesquisador, meu muito obrigado.

Aos professores Pedro Ribeiro, Marcelo Santos e Luis Alexandre Fuccile pelas contribuições dadas.

À UNESP-Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara pela oportunidade e pela acolhida ao longo desses anos de graduação e pós graduação.

Aos funcionários da seção de Pós Graduação, em especial ao Henrique por todas as vezes que me ajudou, sempre com muito carinho e paciência.

Ao meu irmão, Thiago Ribeiro (Jô), por se interessar, se preocupar e por estar ao meu lado sempre que precisei.

À toda minha família em Bauru, em especial às minhas avós Dona Neusa e Dona Juraci, pelo carinho, pelo apoio e pelo interesse constante em mim e no meu projeto.

À Ana Carolina Salum, por ter me acompanhado em todas as dificuldades, por ter me apoiado quando precisei e por ter me ajudado a manter a sanidade ao longo desse processo cheio de altos e baixos. Pela amizade, pelo companheirismo e por todo o apoio, meu muito obrigado.

À Mariana Godoy e à Maira Lopes pela amizade incondicional, pelo carinho e pela paciência ao longo desse percurso.

Aos colegas de república, em especial ao Pedro, Beto, Anderson, Matheus Coutinho, Edi, Luis Gustavo e Daniel, não apenas pela amizade mas também pela fé que sempre depositaram em mim.

Aos meus amigos de Vinhedo Marcos Ramos, Steffanie Nuvens, Carla Sales e Daniel Sales, pelo apoio, pela amizade e por terem entendido as vezes nas quais as obrigações acadêmicas me afastaram deles.

À Mariana Copertino e à Rodrigo Arruda, pelas horas e mais horas de conversa na tentativa de encontrar equilíbrio e um sentido para isso tudo, pela amizade e pelo carinho sempre sincero e espontâneo.

Aos colegas da turma de mestrado de 2012, em especial à Janaína, Natália e Lenina por compartilharem das angústias e vitórias ao longo da jornada.

Aos colegas do Colégio Objetivo de Araraquara, pelo incentivo no início do mestrado e pela acolhida nesse meu retorno à escola. Em especial à Alessandra F. Barbieri, por ter compreendido e apoiado minha decisão desde o começo.

E um obrigado muito especial à Amanda Vizoná. Por ter me dado, ao longo desse processo, apoio moral e intelectual. Por ter acreditado em mim e no meu projeto por vezes mais do que eu mesmo acreditei. Por ter lido meu trabalho diversas vezes, sempre apontando os pontos positivos para me acalmar e me ajudando a encontrar soluções para os pontos negativos. Não só por isso, mas pelos anos de amizade, carinho e preocupação. Sem sua ajuda, certamente, esse trabalho não seria viável.

RESUMO

O presente trabalho visa contribuir com a discussão acerca da representatividade no sistema eleitoral distrital majoritário de turno único (simples). Para tal, uma análise do desempenho dos partidos ingleses na votação nominal comparada com o desempenho na conquista de cadeiras, nessas mesmas votações no Parlamento do Reino Unido Tal procedimento é feito com o objetivo de indicar alguns dos elementos que dificultam a transformação de votos em cadeiras.

Palavras – chave: Sistemas Eleitorais. Sistema Distrital. Debate Eleitoral. Representatividade. Proporcionalidade

ABSTRACT

This paper means to give it's contribution do the discussions about the representiveness in the districtal electroal system. Thus, an analysis of the results of the nominal votes of the british parties is done in order to compare the results in number of chairs in the House of Commons achieved by each party in the same elections. This is done in order to indicate some of the elements that makes difficult the translation of votes into seats.

Keywords: Electoral System. Precincts. Debates. Representativeness. Proportionality

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.	Resultado das eleições de 2005 – Distribuição de cadeiras	11
Gráfico 2.	Resultado das eleições de 2005 – Porcentagem de votos nominais	12
Gráfico 3.	Resultados das eleições de 2010 – Distribuição de cadeiras	15
Gráfico 4.	Resultado das eleições de 2010 – Porcentagem de votos nominais	15
Gráfico 5.	Relação votos nominais/cadeiras – Eleições 2005	16
Gráfico 6.	Relação votos nominais/cadeiras – Eleições 2010	16
Gráfico 7.	Tempo de fala no parlamento por setores	19
Gráfico 8.	Desempenho dos Liberais	36
Gráfico 9.	Distribuição de cadeiras nas eleições de 2010	39
Gráfico 10.	Nível de satisfação da opinião pública com Gordon Brown	62
Gráfico 11.	Desempenho dos candidatos	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Distribuição de cadeiras por partidos – 2010	11
Tabela 2	Relação de votos por cadeira – 1997	46
Tabela 3	Relação de votos por cadeira – 2001	46
Tabela 4	Relação de votos por cadeira – 2005	47
Tabela 5	Trends in party support, UK 1922 – 2010	69

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 2. O SISTEMA POLÍTICO BRITÂNICO.....	6
2.1. Formação do Parlamento: breve histórico.....	6
2.2 Voto e Partidos	9
2.3 Boundary Comission: Quota nacional e os desafios não matemáticos.	12
2.4. O Parlamento.....	17
2.5. Papéis da Câmara dos Comuns.....	17
2.6. O Primeiro Ministro.....	20
CAPÍTULO 3. RESULTADOS ELEITORAIS: TRÊS MOMENTOS DO SÉCULO XX	25
3.1. Partido Trabalhista: a nova força relevante no sistema.	26
3.3. O peso do sistema: o aumento da votação Liberal e a manutenção do Modelo de Westminster.	32
3.4. 2001 e 2005: O desgaste do modelo de Westminster e a continuação do crescimento dos Liberais.....	36
CAPÍTULO 4. FIRST PAST THE POST: O SISTEMA DISTRITAL E SUAS IMPLICAÇÕES	39
4.1. Vantagens e desvantagens do First past the post.....	40
4.2. A Geografia do Eleitorado.....	43
CAPÍTULO 5: OS TRÊS ELEMENTOS E AS ELEIÇÕES DE 1997.....	48
5.1 Variações nos tamanhos dos distritos.....	48
5.2. Diferença da quantidade de votos efetivos e a diferença de votos necessários entre os distritos.....	50
5.3. Estratégias Trabalhistas: Boundary Comission e Planejamento de Campanha nas eleições de 1997.....	52
5. 4. Eleições 2010.....	55
5.5. O Debate.....	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	73

Capítulo 1. Introdução

O estudo dos sistemas eleitorais, dentro da ciência política, pode render bons frutos e boas discussões. A temática nunca perde sua atualidade e é, constantemente, objeto de releituras e reinterpretações. Não poderia ser diferente. O sistema eleitoral é o definidor das regras do jogo político, e qualquer estudo conjuntural está intimamente ligado a essa variável. Em larga medida, o sistema eleitoral influencia no comportamento dos eleitores (CURTICE, 2010), dos partidos (JOHNSTON, 1998) e mesmo no resultado, uma vez que a matemática final é bastante diferente em sistemas majoritários e em sistemas proporcionais, por exemplo.

Diante do debate sobre reformas e transformações nos diferentes sistemas, os estudos de caso que busquem analisar o funcionamento e as consequências políticas do uso dos sistemas aparecem com relevância na ciência atual. O objetivo do presente trabalho é contribuir para o entendimento do sistema distrital majoritário simples, justamente por ser uma das mais recorrentes sugestões de mudança para o caso brasileiro. Entre os inúmeros Estados com esse tipo de sistema eleitoral, optamos pelo estudo de caso do sistema britânico.

A escolha pelo Reino Unido se justifica pelo fato do local possuir um sistema eleitoral já bastante consolidado, o que nos permite analisar dados de diferentes momentos e de diferentes contextos. As regras do jogo eleitoral foram alteradas diversas vezes no país, porém a base do sistema já é sólida: Parlamento composto por cadeiras que representam porções do território (os distritos), sendo cada representante do território eleito de forma majoritária simples.

Além disso, sistema parlamentarista surgiu no Reino Unido, sendo fruto menos de uma engenharia institucional e mais de um longo processo histórico (BONAVIDES, 2010). Neste país, o voto procura representar mais o território do que os setores da população. Desta forma, o sistema eleitoral adotado desde o início do processo de expansão do sufrágio foi o distrital. No Reino Unido, portanto, a eleição ocorre dentro dos distritos, no qual cada partido pode lançar apenas um candidato. O candidato do distrito que receber a maior quantia de votos é eleito e ocupa uma cadeira no Parlamento. O partido que conseguir a maioria das cadeiras no Parlamento será o partido que formará o gabinete, chefiado pelo Primeiro Ministro, líder do partido vencedor. Nota-se, portanto, que a opção de sistema eleitoral no Reino Unido não contempla minorias ou setores diversos da sociedade. Ao contrário disso, o sistema acaba por dificultar a vida dessas minorias na busca por cadeiras. Por outro lado, o

sistema proporciona a formação de um governo mais forte e responsivo (NORRIS, 1995). Tais dilemas do sistema eleitoral britânico serão melhor abordados no decorrer do texto.

Um segundo elemento justifica a escolha do sistema britânico como objeto de análise: Alterações recentes na configuração deste sistema têm exercido influência sobre o resultado, o que incita o debate a respeito da relação entre regras e resultados. Duas dessas mudanças serão abordadas no presente trabalho com o objetivo de identificar a relevância delas no que diz respeito ao resultado: a realização de debates televisionados (o que não era permitido pelas regras eleitorais até 2005) e a questão da definição do limite dos distritos.

Inicialmente, a hipótese deste trabalho era de que o Reino Unido estaria passando por um processo de personificação eleitoral, ou seja, um processo de valorização da imagem do indivíduo em detrimento da identificação partidária. Neste contexto vale a pena inserir o debate acerca da “presidencialização” do Primeiro Ministro (WEBB; POGUNTKE, 2010). Tal teoria propõe a entrada de elementos típicos do presidencialismo no sistema britânico, tipicamente parlamentarista. Um desses elementos seria a valorização do político, do indivíduo, em detrimento do partido e de suas cartilhas programáticas. O debate sobre os pontos válidos e sobre os pontos problemáticos dessa teoria serão abordados no capítulo apropriado. Cabe aqui, porém, inserir esse elemento que passa pela questão da personificação da política britânica no contexto das eleições de 2010: nessas eleições foram realizadas, pela primeira vez, debates eleitorais entre os líderes dos três principais partidos britânicos. Nick Clegg representou os Liberais-Democratas, enquanto David Cameron representou os Conservadores e Gordon Brown os Trabalhistas.

Ao longo do mês de campanha eleitoral, as notícias giraram bastante em torno de um fenômeno apelidado de “Cleggmania”. Tal fenômeno se explicava através de diversas pesquisas de opinião realizadas por diferentes institutos de pesquisa que colocavam Nick Clegg, líder dos Lib-Dem, como maior destaque após a realização dos debates (especialmente o primeiro). Algumas pesquisas chegaram a apontar para uma vitória dos Liberais, algo que não ocorre desde as primeiras décadas do século passado. Essa possibilidade não se confirmou no final do processo eleitoral, porém o resultado foi incomum: nenhum partido conseguiu formar maioria absoluta imediatamente após o resultado ser confirmado, e negociações foram necessárias para formar um gabinete. Cabia aos Liberais escolher um dos dois partidos para se aliar e, assim, compor a maioria necessária para controlar o Parlamento. Após rodadas de negociações, os Liberais optaram por se aliar aos Conservadores, levando

David Cameron ao posto de premiê britânico, evitando um quarto mandato consecutivo dos Trabalhistas, e Nick Clegg ao posto de vice Premiê.

São raras as oportunidades em que uma eleição no Reino Unido não forma, imediatamente, uma maioria absoluta. Governos de coalizão foram raros ao longo do século XX e a relação entre o crescimento em termos de relevância por parte dos Liberais no resultado final da composição da Câmara dos Comuns e a Cleggmania parecia sólida o suficiente para indicar o caminho que a pesquisa deveria seguir. O teste da hipótese, porém, não levou a resultados satisfatórios.

Os primeiros indícios da fragilidade desta hipótese já podiam ser percebidos na comparação entre o desempenho dos Liberais no ano de 2010 e nas eleições anteriores, de 2005. De 2005 para 2010 os Liberais diminuíram o número de cadeiras conquistadas no Parlamento, além de diminuir, ainda que de maneira discreta, a percentagem de votos nominais conquistados pelo partido. Resumindo, o desempenho em 2005, sem debates e sem Nick Clegg na liderança, foi ligeiramente superior em termos de cadeiras e de votos nominais.

Apesar da euforia inicial com Nick Clegg, a identidade partidária, ainda mais atrelada aos Conservadores e aos Liberais, fez com que os eleitores optassem no voto em um dos dois partidos (CARVALHO, 2014). Desta forma, explicar o resultado eleitoral a partir dessa variável não seria o suficiente.

No decorrer da investigação, porém, o cenário se mostrou mais complexo do que uma ou duas eleições. O processo de crescimento dos Liberais já podia ser percebido desde o fim da década de 70, sendo as duas últimas eleições apenas o desdobramento mais recente desse processo. Contudo, esse crescimento era apenas no número de votos e não no número de cadeiras no Parlamento.

Não caberia neste momento uma análise sobre os motivos do crescimento dos Liberais e do desgaste dos Conservadores e Trabalhistas perante o eleitorado britânico. Dessa forma, o sistema distrital majoritário simples passou a ser o objeto do presente trabalho, e a nossa hipótese é de que o sistema é fundamental na composição do Parlamento e de que mudanças no sistema interferem diretamente no resultado eleitoral. O que nos leva à segunda mudança analisada.

Desde 1944 uma lei rege a definição dos limites geográficos dos distritos. De acordo com a lei vigente, deve-se definir a quota nacional dividindo o número de eleitores pelo número de cadeiras para se definir, dessa forma, o tamanho (em número de eleitores) de cada distrito. Mas a situação não é (e nem deveria ser) tão simples assim. Os fatores subjetivos

devem ser levados em conta no momento de definição dos distritos, o que impossibilita que a demarcação dos distritos seja uma mera operação matemática. Laços locais, os limites municipais e outros fatores subjetivos, como a história e as características das cidades, devem ser levados em conta para que cidades afins permaneçam no mesmo distrito. Esse fator é extremamente problemático no cenário britânico, uma vez que o processo de definição dos distritos é incerto, demorado e não leva em conta projeções demográficas, por exemplo. A consequência mais sensível dessa questão é a diferença na representatividade, uma vez que a quantidade de votos necessários para se conquistar uma cadeira varia de distrito para distrito, gerando distorções no resultado final.

Ao longo do século XX, os três partidos sofreram com essa variável dos distritos, embora os Conservadores tenham sido os que sofreram em menor intensidade e quantidade de vezes. Até meados do século XX os Trabalhistas conquistavam quantidades razoáveis de votos nominais, porém não transformavam isso em cadeiras. Do fim da década de 70 em diante, quem passou a sofrer com isso foram os Liberais, quadro que se acentuou a partir dos anos 90. Essa constatação foi feita a partir da análise dos resultados eleitorais de duas fontes diferentes: o *British Electoral Studies*, uma base de dados que contém diversas pesquisas quantitativas sobre as eleições britânicas criada na década de 60, e o site da BBC, que contém os resultados eleitorais ao longo do século XX. Cabe ressaltar aqui a seguinte questão: a análise dos resultados eleitorais deve ser feita em duas frentes. Uma deve levar em conta o resultado final no Parlamento, ou seja, o número de cadeiras conquistadas por cada partido. A outra frente deve consistir na análise dos votos nominais de cada partido, uma vez que apenas dessa forma conseguimos ter uma noção mais clara da influência do sistema na formação do Parlamento britânico.

Dessa forma, a análise foi realizada buscando identificar os elementos no sistema eleitoral britânico que influem no resultado final. Não deixamos de levar em conta o debate e sua relevância enquanto comunicação política, mas tal elemento está longe de ser um fator chave para analisarmos a realidade britânica, como poderemos ver ao longo do texto.

Uma coisa é irrefutável: a concentração de votos dos partidos Conservador e Trabalhista seguiram sua tendência descendente a partir da década de 70, enquanto a votação nos partidos menores e nos Liberais continuou alta. Vale ressaltar que apesar da ligeira queda no desempenho dos Liberais nas eleições de 2010, eles ainda seguiram acima dos 20% de votos conquistados, um dos índices mais altos dos Liberais desde a conquista do sufrágio universal na Inglaterra, em 1918.

Vale lembrar que não interessa ao presente trabalho procurar entender o que leva o eleitorado, cada vez mais, a optar por um partido que não os Conservadores ou Trabalhistas. Nosso objetivo aqui é fazer uma análise sobre os obstáculos encontrados pelos partidos na hora de transformar votos em cadeiras. O que impede que os partidos se façam presentes na câmara de forma ao menos aproximada em relação aos votos nominais recebidos? Para responder essa questão central, é importante entendermos o processo histórico dos resultados eleitorais ao longo do século XX. Tal análise é fundamental pois, apesar de os Liberais serem hoje o partido que mais sofre com essa questão da transformação de votos em cadeiras, todos os partidos já tiveram problemas parecidos em diferentes momentos da história. Essa visão mais ampla é importante para que não caiamos em armadilhas como apontar o favorecimento a um ou outro partido.

A análise do sistema distrital majoritário simples é imprescindível para conseguirmos explicar o desempenho do partido na formação do Parlamento. É o sistema quem traduz os votos e os transforma em cadeiras. Para que tal variável seja bem compreendida, coube uma explicação detalhada e problematizada de tal sistema. A opção feita por um governo forte e responsivo (NORRIS, 1995) de fato evita as mazelas de um sistema proporcional, embora isso possa ser visto como um problema em termos de qualidade democrática, uma vez que exclui minorias não territorializadas.

Um elemento chave a ser considerado sobre os distritos diz respeito à formação e atualização do tamanho e da quantidade de distritos espalhados pelo Reino Unido. O longo processo e a preocupação com elementos subjetivos fazem com que os distritos sejam diferentes entre si, atribuindo pesos diferentes ao voto de eleitores de diferentes distritos, o que contribui ainda mais para a distorção do resultado final na composição do Parlamento.

Em um país onde a reforma eleitoral reaparece nos noticiários políticos de tempos em tempos, este presente trabalho procura fornecer subsídios e informações sobre um sistema bastante diferente do nosso e que é constantemente defendido aqui no Brasil, tomando como estudo de caso o funcionamento do sistema parlamentar do Reino Unido e suas consequências. O sistema distrital certamente apresenta vantagens, mas também graves problemas, especialmente no que diz respeito à representatividade. Tais dilemas do sistema distrital majoritário simples são centrais no decorrer do texto. Só utilizando essa variável para chegarmos a uma análise sólida da realidade eleitoral britânica.

Capítulo 2. O Sistema Político Britânico

O sistema político do Reino Unido¹ é o Parlamentarismo. Tal sistema apresenta uma particularidade interessante: ele não é fruto de nenhuma teoria, mas sim de um lento e complexo desdobramento histórico (BONAVIDES, 2010).

Portanto, faz-se necessário entendermos alguns pontos fundamentais da história do país uma vez que tal sistema surge justamente no Reino Unido. Este capítulo pretende, portanto, trazer este desdobramento histórico com o objetivo de esclarecer tanto os contextos políticos e filosóficos que, ao longo de cerca de oito séculos, levaram o Parlamento britânico e o próprio sistema parlamentar à configuração moderna. Após este breve histórico, o capítulo traz explicações sobre o funcionamento do sistema nos dias de hoje, a relação do Parlamento com o governo e o papel do Primeiro Ministro tanto no governo quanto no contexto das eleições. Ao longo do capítulo, algumas problemáticas serão levantadas para suscitar o debate sobre temas relevantes para começar a encaminhar a discussão a respeito das eleições em 2010, especialmente a questão da “presidencialização”² da política britânica.

2.1. FORMAÇÃO DO PARLAMENTO: BREVE HISTÓRICO.

O recorte histórico começará no século XII, na Dinastia Plantageneta. Henrique II tem merecido destaque na história do país por ter criado a Common Law, lei que pretendia acabar com as interpretações particulares de cada localidade do país em relação às leis. Com isso, Henrique fortalecia a centralidade do governo e a unidade do território enquanto país ao determinar que qualquer parte do território estaria submissa a um mesmo código de leis.

Apesar de merecer destaque nas obras historiográficas devido à Common Law, Henrique II nos interessa aqui por outro motivo: seus filhos, em especial Ricardo e João, responsáveis pelo governo do Reino Unido no momento de surgimento da Carta Magna, documento que criou o embrião do que viria a ser o Parlamento.

¹ Reino Unido é a união da Grã Bretanha (Inglaterra, Gales e Escócia) com a Irlanda do Norte.

² Esse termo será explicado e melhor trabalhado mais adiante.

Henrique II teve cinco filhos e distribuiu terras a quatro deles. O único a ficar sem terras foi o mais novo, chamado João e conhecido como João Sem Terras. Com a morte de Henrique II, seu filho mais velho, Ricardo, assume o trono britânico. Ao assumir o trono, Ricardo mantém seu irmão João próximo de si, para que este assumisse o controle do país quando o rei se ausentasse.

Uma dessas ausências se deu quando, em 1191, Ricardo aceitou o pedido papal e, junto com Filipe Augusto, rei da França e Frederico Barbarossa, rei do Sacro Império Germânico, entrou em batalha contra os reinos do oriente para reconquistar Jerusalém, então nas mãos dos muçulmanos, no que ficou conhecido na história como a Terceira Cruzada, ou a Cruzada dos Reis. Nesse período, Ricardo passou por diversas batalhas e as venceu. O movimento se fragiliza, especialmente depois que Barbarossa morre afogado. Ricardo e Filipe se envolvem em confrontos internos e, após acordo de trégua, retornam para seus países. Ricardo no entanto é capturado e feito prisioneiro onde, atualmente, situa-se a Alemanha. João, que assumira o trono provisoriamente, paga o preço do resgate para trazer seu irmão de volta com vida ao país: 150 mil marcos, uma verdadeira fortuna na época. Ao retornar ao país, Ricardo é aclamado como Ricardo Coração de Leão, devido às inúmeras batalhas às quais ele sobreviveu.

Ricardo encontra a morte em mais uma de suas expedições militares e João Sem Terra assume o trono inglês. A quantia de dinheiro paga no resgate de seu irmão e os constantes e elevados gastos com guerra fizeram com que João elevasse a arrecadação de tributos, o que o tornou impopular perante a população. Tal impopularidade é vista nas lendas de Robin Hood, onde João Sem Terras é o antagonista.

A nobreza então se organiza e João Sem Terra, pressionado, aceita assinar uma carta que dizia, entre outras coisas, que o rei não poderia mais criar novos impostos ou alterar leis sem antes consultar o que ficou conhecido como Grande Conselho, composto por membros da nobreza e do clero. Essa carta, conhecida como Magna Carta, remodelava o papel do rei e o tornava submisso a um grupo de nobres para poder tomar qualquer medida relevante.

A Magna Carta é responsável pela criação do Grande Conselho, forma embrionária do que viria a ser o Parlamento, e é considerada o ponto de partida para o parlamentarismo inglês. Naturalmente o Parlamento representava um controle aos poderes reais, porém ainda não possuía um caráter democrático ou popular, sendo meramente uma expressão das vontades da nobreza naquele momento (ANDERSON, 1995). Era uma medida muito mais

preocupada com a proteção dos interesses desta nobreza do que com os interesses do país. Isto, porém, não diminui a importância da criação do Parlamento.

Desse momento em diante foram diversos os desdobramentos históricos e vários os momentos de tensão entre o Parlamento e a Coroa. No século XVII Jaime Stuart assumiu o trono inglês após a morte de Elisabeth I, que não deixara herdeiros. As inclinações católicas e absolutistas da dinastia Stuart levaram a um quadro de conflito agudo entre Coroa e Parlamento. Quando Jaime morreu, Carlos I assumiu o trono inglês e seguiu as mesmas tendências de seu pai.

O Parlamento britânico tenta, então, reconquistar o espaço político que havia perdido durante o reinado de Jaime I exigindo que o novo monarca assinasse um documento se comprometendo a submeter todas as suas decisões ao parlamento. Absolutista convicto, Carlos I não aceita o pedido e dissolve o parlamento. Foi nesse contexto que aconteceu uma guerra civil na Inglaterra. Conhecida como Revolução Puritana, tal guerra é importante na história do país pois foi a primeira vez que os setores populares participaram da discussão política no país. O parlamento venceu o confronto com o monarca e instituiu Oliver Cromwell, líder do exército do parlamento, como presidente da commonwealth, num raro momento de republicanismo no país.

Com a morte de Cromwell, o país passou pelo momento conhecido como Restauração: Richard Cromwell, filho de Oliver que herdara o cargo do pai, foi destituído e a monarquia foi restaurada, sendo Carlos II, filho de Carlos I, convidado a assumir o trono. Seu viés absolutista foi fortemente controlado pelo Parlamento. Após a morte de Carlos II, assumiu o trono Jaime II, seu irmão. Jaime II, também católico e absolutista como seu irmão e seu pai, adotou uma postura de confronto em relação ao Parlamento.

Preocupado com a perda de poder, o Parlamento tramou a retirada de Jaime II do poder, convocando Maria Stuart, filha de Jaime II, e acertando, com ela, a deposição do monarca. Guilherme de Orange, marido de Maria Stuart, é chamado da Holanda para assumir o trono. Essa passagem da história ficou conhecida como Revolução Gloriosa, e se deu já no fim do século XVII. A partir desse momento, o Parlamento consolida-se como força política no país. As finanças da família real passaram a ser fiscalizadas pelo Parlamento, assim como ficou proibido o veto real a qualquer lei oriunda da casa legislativa e a sucessão real, quando o monarca falecesse, seria conduzida pela casa.

A Revolução Gloriosa foi, de fato, um marco. Os longos desdobramentos históricos levaram a esse momento. A importância da Revolução foi o deslocamento do poder político para a mão do Parlamento (ROBINSON; PINCUS 2010). Esse Parlamento, por sua vez, era dominado pelos Whigs, partido liberal que fez tudo que estava ao seu alcance para estimular o crescimento do setor manufatureiro. As agendas política e econômica não estavam mais na mão do Rei e seus conselheiros, mas sim nas do Parlamento, que por precisar de apoio popular para seguir no poder, precisava ter uma postura mais responsiva em relação à sociedade, que nesse momento ainda é representada pela burguesia em ascensão.

Daí a importância histórica da Revolução de 1688 no que diz respeito ao fortalecimento do Parlamento. Apesar de seu longo desdobramento histórico, é neste momento que o Parlamento se fortalece e ganha boa parte das características que apresenta hoje.

2.2 VOTO E PARTIDOS

O voto no Reino Unido é feito de forma Distrital. São 650 distritos espalhados por todo o Reino Unido em que cada distrito representa uma cadeira no Parlamento, sendo 502 na Inglaterra, 52 na Escócia, 30 em Gales e 16 na Irlanda do Norte.

As eleições ocorrem de maneira isolada em cada distrito, que elege, de forma majoritária simples, seu próprio representante na Câmara dos Comuns. Esse sistema recebe um nome próprio na Inglaterra: “first past the post”, que carrega consigo a ideia de que o primeiro colocado vence.

O debate acerca do sistema eleitoral é baseado em dois argumentos diferentes sobre a missão primordial das eleições (CURTICE, 2010): um primeiro argumento aponta para a missão de formar um parlamento que represente a sociedade de maneira mais abrangente, inclusive as minorias, para ser o reflexo mais próximo possível da sociedade. Para os defensores dessa ideia, um sistema proporcional é a melhor saída justamente por possibilitar a representação da sociedade no legislativo. O preço dessa alternativa é a necessidade de os governos formarem coalizões para conseguirem governar.

O segundo argumento é baseado justamente na ideia de que as coalizões acabam por formar governos instáveis, sendo preferível a governabilidade em detrimento da representatividade. Nesse sentido, as eleições devem formar um governo capaz de governar, e o sistema eleitoral tem papel fundamental para que isso ocorra. A alternativa, então, é substituir o sistema proporcional pelo sistema majoritário.

Maurice Duverger, em 1958, já discorrera a respeito do sistema majoritário e os benefícios desse sistema para a governabilidade (CURTICE, 2010). A “Lei de Duverger” considera que o sistema majoritário tende a favorecer o surgimento de um sistema bi partidário, enquanto um sistema proporcional é propício para o multi partidarismo (SANTOS, 2008). Vários são os desdobramentos dessa lei, mas os motivos que levam o sistema majoritário a favorecer o bi partidarismo são basicamente dois, um de ordem mecânica e outro de ordem psicológica que estão interligados (CURTICE, 2010): em termos mecânicos, o sistema distrital majoritário tende a favorecer os candidatos dos dois principais partidos. Os votos que vão para outros partidos podem até chegar a números razoáveis, porém geralmente são insuficientes para que um candidato que não seja dos dois maiores partidos seja vencedor dentro do distrito.

O outro argumento, de ordem psicológica, consiste no fato de que o eleitor tende a optar por candidatos com chances reais de vencer. Dessa forma, o eleitor acaba criando um “vício” de votar sempre nos candidatos dos dois principais partidos dificultando o surgimento de alternativas aos dois principais partidos do sistema. Certamente existem casos onde um “terceiro partido” elege seu candidato, mas esses casos são raros e insuficientes para questionar a ordem bi partidária prevalecente nos locais com eleições majoritárias.

Tradicionalmente, o sistema partidário do Reino Unido é dominado por uma lógica bipartidária na qual alternam-se no poder os partidos Conservador e Trabalhista³. Não significa dizer, porém, que existem apenas dois partidos no país. Longe disso. Existem atualmente, diversos. Só atuando no Parlamento, no momento, existem dez, além de um membro independente

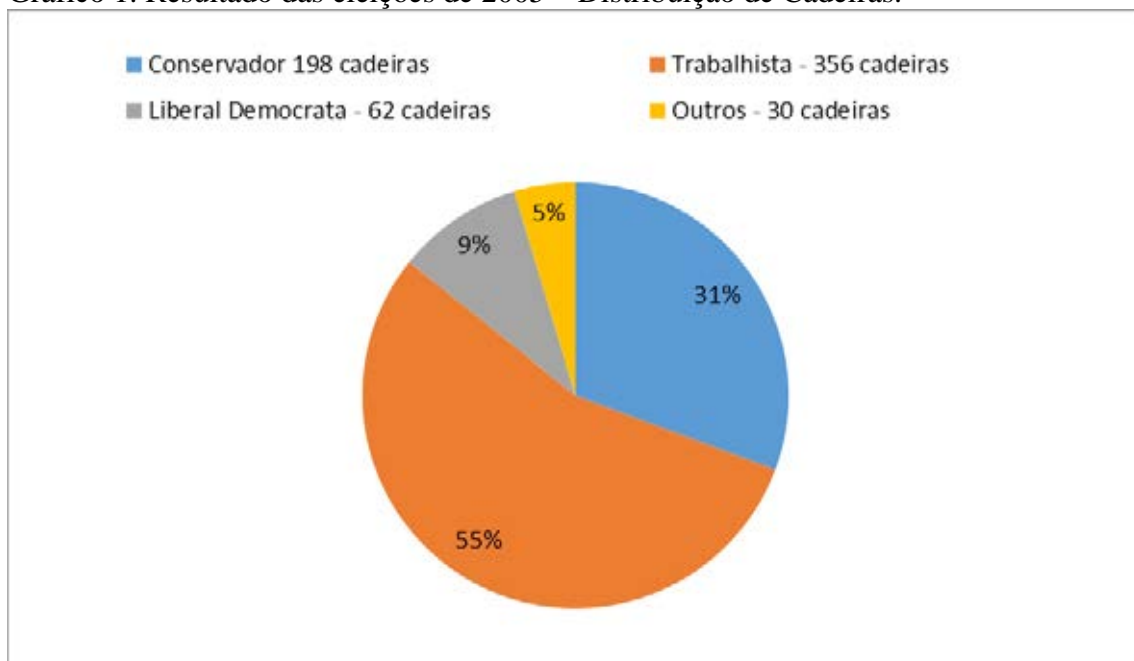
³ Isso a partir do século XX. Anteriormente o cenário era dominado por Conservadores e Liberais. O processo dessa mudança a partir da qual os Trabalhistas tomam o lugar dos Liberais será melhor exposto mais adiante, no histórico dos resultados eleitorais.

Tabela 1. Distribuição de cadeiras por partidos - 2010

Partidos	Cadeiras
Conservative	306
Labour	258
Liberal Democrat	57
Democratic Unionist	8
Scottish National	6
Sinn Fein	5
Plaid Cymru	3
Social Democratic & Labour Party	3
Alliance	1
Green	1
Independente	1
Speaker ⁴	1
Total number of seats	650

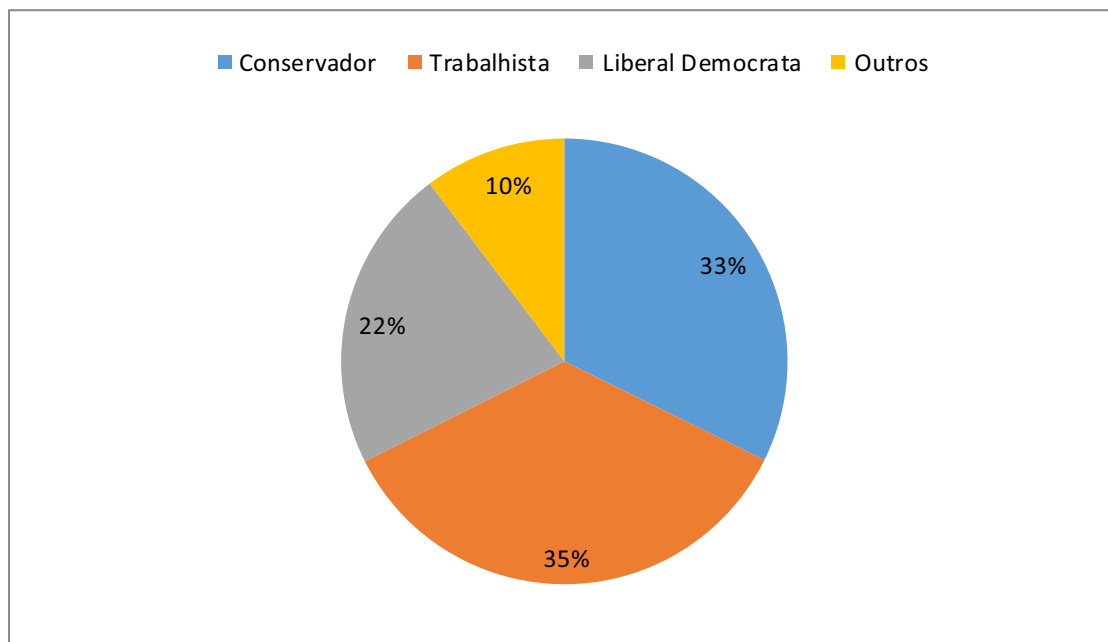
. O predomínio de dois partidos existe justamente pelo motivo citado anteriormente: o sistema eleitoral distrital majoritário favorece um ambiente bi partidário.

Gráfico 1. Resultado das eleições de 2005 – Distribuição de Cadeiras.



⁴ Espécie de “Presidente do Parlamento”. Organiza as atividades da casa e não é considerado na hora de definir qual partido tem maioria. Atualmente, o Speaker é um Conservador.

Gráfico 2. Resultado das eleições 2005 – Porcentagem de votos nominais



Ao analisarmos os resultados de 2005, por exemplo, constatamos que o número de votos que os Trabalhistas alcançaram foi de 36.1%, enquanto os Conservadores conquistaram 33.2%. Porém, no que diz respeito ao número de cadeiras conquistadas essa diferença foi bem maior: 56% para os Trabalhistas contra 31% para os Conservadores. Essa discrepância ocorre por um motivo simples: as cadeiras ganhas pelos Conservadores representam um número maior de pessoas, enquanto as cadeiras Trabalhistas representam um número menor.

Se pegarmos, nessa mesma eleição, dentre os 125 distritos de menor tamanho (todos com menos de 62.600 eleitores) os Trabalhistas se saíram melhor que os Conservadores em 96. Os Conservadores conquistaram apenas 11. Por outro lado, dos 125 distritos com mais de 75.400 eleitores, 69 foram conquistados pelos Conservadores, contra 36 dos Trabalhistas. Esses dados refletem a eficiência na conquista de votos dos Trabalhistas, até 2005 (CURTICE, 2010), que se favoreciam do sistema para conseguirem maioria de cadeiras no Parlamento mesmo sem conseguir uma maioria expressiva de votos nominais. Tal situação foi parcialmente corrigida na revisão aplicada nas eleições de 2010.

2.3 BOUNDARY COMISSION: QUOTA NACIONAL E OS DESAFIOS NÃO MATEMÁTICOS.

Os distritos, por sua vez, merecem atenção especial. Sua definição não é estática, sendo suas fronteiras alteradas a cada intervalo de tempo. Essas alterações são cruciais para a análise do cenário político britânico, uma vez que elas tem capacidade de influir no resultado, como veremos adiante.

Em 1944, uma lei foi criada tornando obrigatória a revisão do tamanho dos distritos após um determinado intervalo de tempo. A House of Commons Act daquele ano, determinou que o tamanho da população eleitoral dos distritos deveria ser revista em intervalos que não sejam menor que 3 anos e nem maiores do que 7. Como esse intervalo era bastante curto para as devidas análises serem feitas e levadas em conta, a lei foi alterada em 1958 e ficou estipulado que essa revisão deveria ser feita em um intervalo que não fosse menor do que 10 anos nem maior do que 15. Em 1992 a lei foi novamente alterada e o tempo mínimo para revisão diminuiu para 8 anos, e o prazo máximo para 12. Atualmente, é dessa forma que a lei vigora.

A revisão dos distritos é feita por uma Comissão, a Boundary Commission, e tem como objetivo eliminar as desigualdades de representatividade entre os distritos. O cálculo feito é bastante simples, como consta na regra de número 5 da House of Commons Act: divide-se o número total de eleitores no país, no momento em que o cálculo começa a ser feito, pelo número total de cadeiras no Parlamento para as próximas eleições. Esse número recebe o nome de quota. A partir desse cálculo, fica definido que o tamanho dos distritos deve ser o mais próximo possível da quota nacional.

Todavia, o exercício de divisão de distritos não é um exercício meramente matemático. A regra de número 4, que tem precedência sobre a quinta regra, determina que a Comissão deve respeitar os limites dos governos locais, além da história e dos laços existentes em cada região do país. Essa regra, portanto, impede que a quinta regra seja aplicada de maneira arbitrária, uma vez que fatores subjetivos (identidades, história, laços comunitários) e concretos (limites dos Condados e dos bairros) impedem que a conta seja feita de maneira simplista, cabendo à Comissão estudar as regiões, consultar órgãos como associações de moradores, imprensa e população local para então definir os limites dos distritos.

Um exemplo interessante é o caso da Ilha Wight que possui uma população de 103 mil eleitores. Tendo em vista que a quota para a revisão feita após as eleições de 2005 era de 69.935 eleitores, a divisão da ilha em dois distritos deixaria esses dois distritos muito pequenos. Devido aos laços locais, não seria viável dividir a ilha e fazer uma de suas partes se

juntar ao distrito mais próximo na Inglaterra (Hampshire), pois haveria quebra de laços locais. Dessa forma, a Ilha Wight é o maior distrito eleitoral inglês, muito acima da quota nacional.

Em critérios matemáticos, pode-se dizer que a última revisão obteve certo sucesso. Em 2000, 64 distritos tinham uma população eleitoral 10% maior que a quota. Após a revisão, esse número caiu para apenas 20. Também nessa revisão o número de distritos com número de eleitores 10% menor do que a quota passou de 66 em 2000, para 39 em 2010.

O procedimento para redefinição de limites dos distritos é bastante demorado, devido ao número de procedimentos que devem ser feitos. Após as análises feitas pela Comissão, conjuntamente com a Comissão que trata dos limites dos governos locais- a Local Government Boundary Committee- as sugestões de mudanças devem ser divulgadas em ao menos um jornal de grande circulação. Feito isso, existe um prazo para que pessoas ou organizações contrárias a qualquer sugestão feita pela Comissão possam entrar com recursos. Após os recursos serem analisados e levados em conta o procedimento deve ser repetido, e novamente é dado um prazo para eventuais recursos. Essa formalidade faz com que o todo o processo seja lento.

Esses dois fatores citados anteriormente são bastante problemáticos e dificultam o alcance do principal objetivo das revisões distritais: acabar com as diferenças de representatividade. Devido à inviabilidade da divisão dos distritos ser meramente matemática, o problema da desproporcionalidade sempre existirá. Distritos, mesmo com a disparidade no número de eleitores, elegem o mesmo número de Membros de Parlamento (um) causando um desequilíbrio na representatividade e, conseqüentemente, transformando o processo de transformação de votos em número de cadeiras problemático. As alterações realizadas para as eleições de 2010 amenizaram esse problema, como podemos perceber nos gráficos abaixo.

Gráfico 3. Resultado das eleições 2010 – Distribuição de cadeiras.

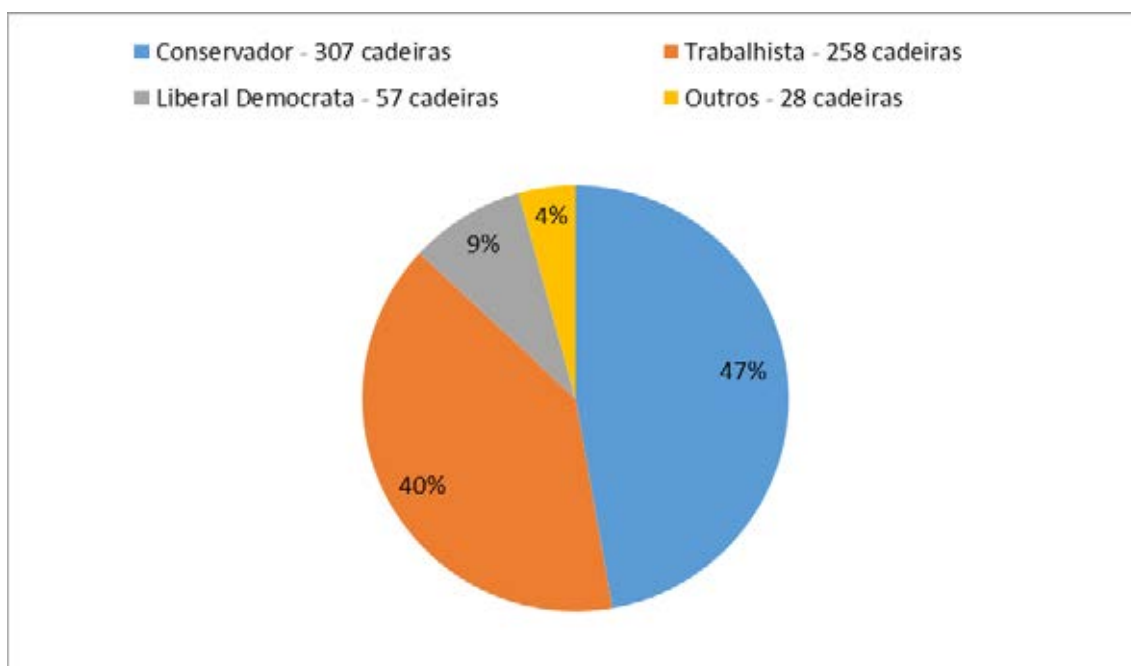
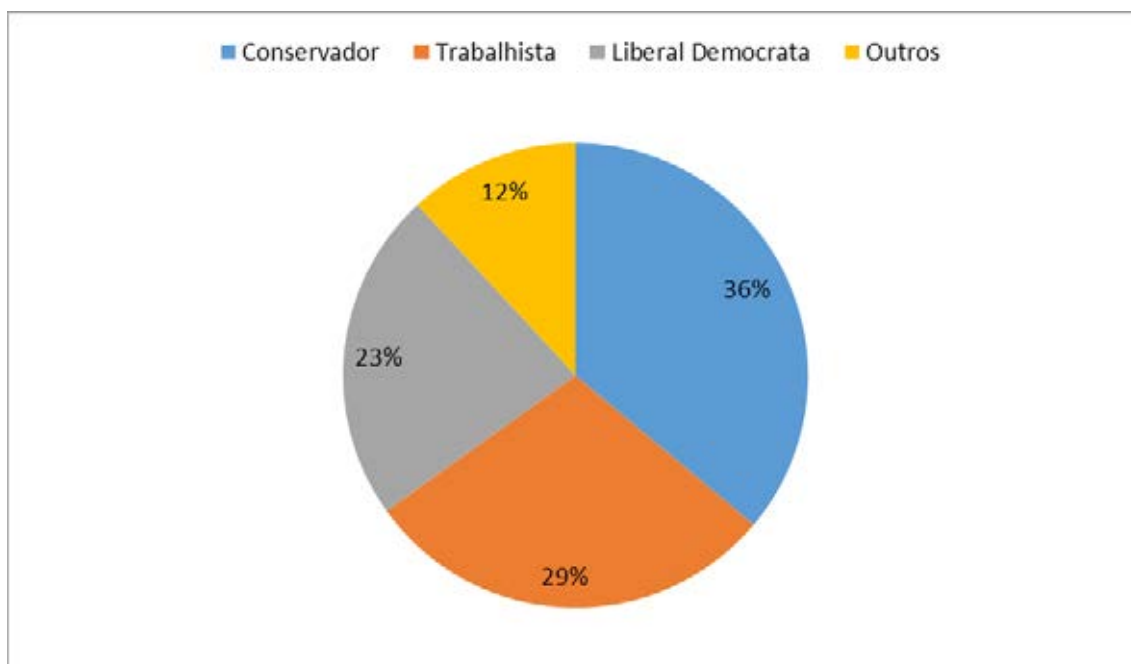


Gráfico 4. Resultado das Eleições 2010 – Porcentagem de Votos Nominais



A comparação entre o gráfico 6 e o gráfico 7 evidencia essa correção. Percebe-se que apesar de a votação nominal dos Trabalhistas ter sido bastante parecida nas duas eleições, o resultado final em cadeiras foi diferente. A reforma distrital, de fato, eliminara (ou ao menos diminuía) o viés em favor dos Trabalhistas.

Gráfico 5. Relação votos nominais/cadeiras – Eleições 2005

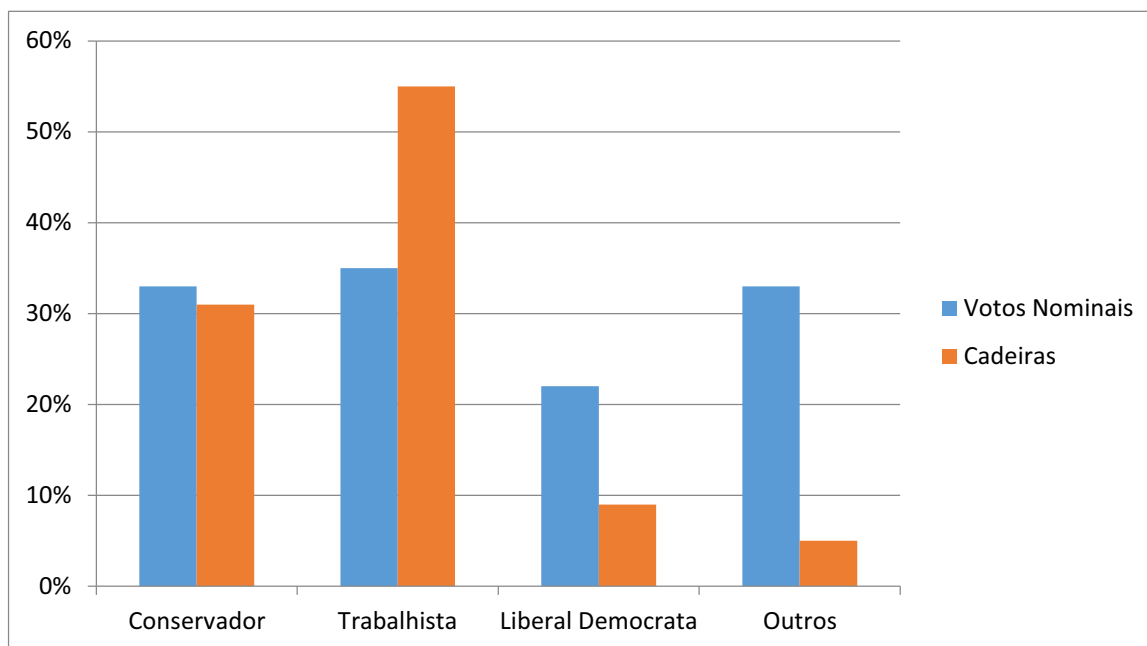
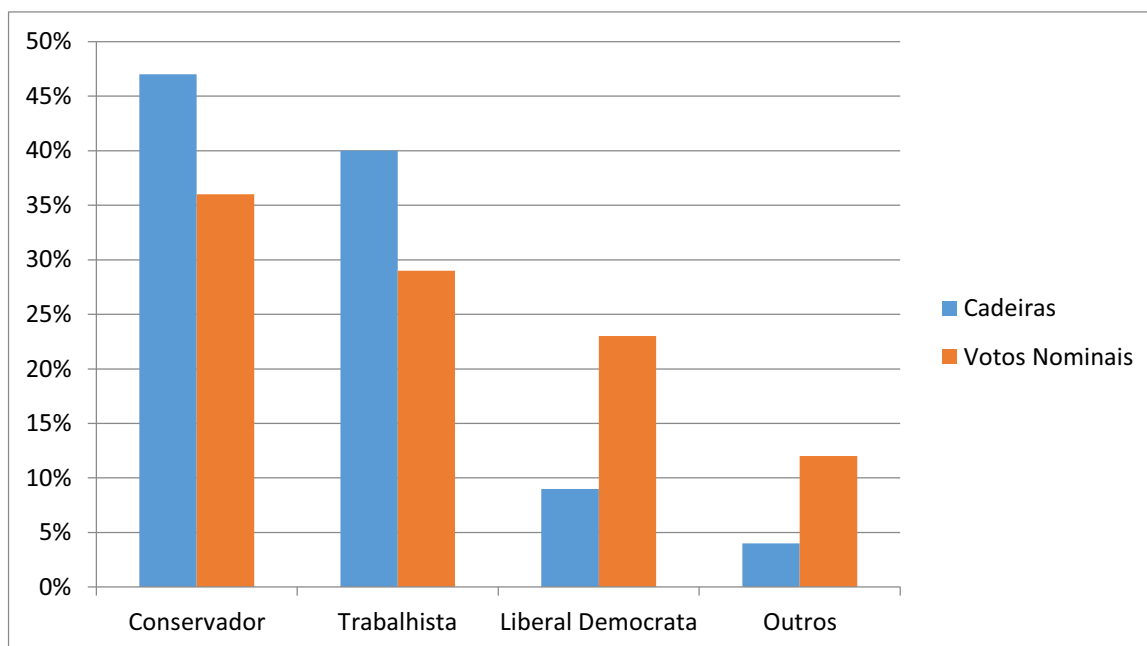


Gráfico 6. Relação cadeiras/votos nominais – Eleições de 2010



O segundo fator citado anteriormente é a demora na realização do procedimento. A Comissão não leva em conta projeções populacionais, e considera o número de eleitores, tanto do país quanto dos distritos, no momento em que o processo começa a ser feito. O problema é que na maioria das vezes o procedimento demora anos (a última revisão feita levou cerca de

sete anos). Sendo assim, a revisão dos distritos começa a valer sem levar em conta fatores como óbitos, número de adolescentes que atingem a idade mínima para poder votar e migração, tornando o resultado da revisão ultrapassado antes mesmo de entrar em vigor, contribuindo para o problema da desproporcionalidade representativa.

2.4. O PARLAMENTO.

O Parlamento é o corpo básico da democracia inglesa. O poder político no país está dividido em três partes: a Câmara dos Comuns, a Câmara dos Lordes e o Soberano. As duas Câmaras possuem suas próprias regras de conduta e uma não pode interferir no trabalho da outra. Ambas exercem importante papel na política local, mas a Câmara dos Comuns possui algumas prerrogativas, como tratar de questões referentes a impostos e ter a decisão final no que diz respeito a promulgação de leis, que a Câmara dos Lordes não possui, uma vez que, diferente desta, aquela é eleita de forma democrática.

Ao Soberano, cabe pedir ao líder do partido vitorioso na eleição que chefie o gabinete. Fica estipulado pelos Parliament Acts, de 1911 e de 1949, que a legislatura deve durar no máximo cinco anos, o que não impede que novas eleições sejam convocadas antes desse prazo.

O parlamentar líder do partido vitorioso, ao tornar-se primeiro ministro, tem a prerrogativa de escolher quem serão os ministros que comporão o gabinete que dirigirá a política do país.

2.5. PAPÉIS DA CÂMARA DOS COMUNS

A Câmara dos Comuns tem, em síntese, quatro funções básicas em termos de governo. A primeira dessas funções, naturalmente, é representar o povo. Os parlamentares que conquistam uma cadeira no Parlamento foram eleitos cada um por seu distrito. Dessa forma, o eleitor daquele distrito específico está representado, mesmo que seu voto tenha sido para outro candidato. Quaisquer que sejam os problemas no distrito, o eleitor consegue levar suas demandas com maior facilidade ao representante distrital, que por sua vez deve levar essa demanda para o Parlamento viabilizar respostas a tal demanda.

Duas outras funções primordiais da Câmara dizem respeito a criação de leis ou de emendas e a criação de impostos. O caminho institucional, no primeiro caso, começa com a proposição de uma lei (“Bill”) que pode vir tanto do gabinete quanto dos membros do parlamento. Existem pormenores específicos para cada modalidade de “Bill”, mas em linhas gerais, elas são discutidas por todos os membros da Casa. Posteriormente essa proposta passa pela análise detalhada de uma comissão específica para, caso seja aprovada, ser encaminhada para as mãos da Rainha, receber a aprovação real e tornar-se uma “Act of Parliament”, ou seja, uma lei de fato.

Quanto aos impostos, o Parlamento é quem tem a palavra final sobre a criação de novos impostos. O gabinete pode, naturalmente, propor a criação de um novo imposto, mas para tal ele deve apresentar o orçamento do ano justificando a necessidade de uma nova taxa para a população. Feito isso, cabe ao Parlamento aprovar ou não a criação dessa taxa.

Outra função merece um pouco mais de cuidado ao ser tratada. Ela diz respeito à fiscalização e controle que o Parlamento deve fazer em relação às ações tomadas pelo gabinete. Quando Montesquieu propôs a separação dos três poderes tendo como base para seus estudos justamente o Reino Unido, não se tratava de conceder autonomia para cada um dos poderes. Ao contrário, Montesquieu chamava a atenção para a interdependência dos poderes em um cenário no qual era fundamental a existência de contra pesos para o poder do executivo (no caso, poder real) (ALBUQUERQUE, 2006).

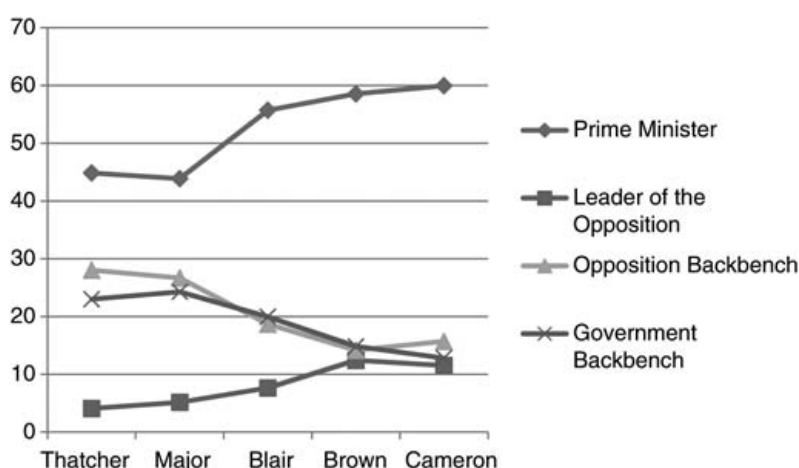
Nesse sentido, o Parlamento tem a obrigação de conhecer, entender e, caso seja necessário, questionar as ações do governo em qualquer área (educação, saúde, economia, defesa etc). Uma das maneiras mais eficientes de se fazer isso foi criada pouco mais de 50 anos atrás e recebe o nome de “Prime Minister Questions” (PMQ). O PMQ consiste na ida do premiê ao Parlamento para responder perguntas que podem ser feitas por qualquer Membro do Parlamento. Na verdade, sempre foi uma prerrogativa do Parlamento realizar perguntas ao premiê e a qualquer outro ministro, bastando que estes estivessem presentes no Parlamento. A criação do PMQ foi apenas uma maneira de se sistematizar isso e garantir que as entrevistas acontecessem regularmente. Em termos quantitativos, a criação do PMQ de fato aumentou a fiscalização: o tempo gasto pelo premiê respondendo aos membros do parlamento aumentou cerca de quatro vezes se compararmos com o período pré-1961, ou seja, antes da institucionalização do PMQ (BATES ET ALL, 2012). Todavia, esse aumento quantitativo não representa necessariamente um aumento na qualidade da fiscalização.

Em palestra para o “Centre of Parliamentary Studies” em 2010, John Bercow, presidente da Casa, disse que o PMQ nunca atingiu o objetivo que tinha quando criado em 1961. O Parlamentar Conservador chama a atenção para o fato de o PMQ ter sido criado com o intuito de questionar o Primeiro Ministro em relação às áreas de governo que este estivesse diretamente envolvido. Apesar dessa premissa teórica, na prática o premiê é tratado como um presidente, e as questões são feitas sobre todas as áreas de governo diretamente a ele.

Outro fator citado pelo Parlamentar em sua palestra é o fato de o PMQ ser uma oportunidade para que todos os parlamentares dirijam suas perguntas ao premiê, independente do partido que fazem parte e da posição que ocupam dentro do partido. Porém, levando em consideração que o PMQ é uma excelente oportunidade para os líderes partidários fortalecerem seus nomes e imagens perante a opinião pública, há na casa uma “marginalização” dos “backbenchers”⁵ e as questões são dominadas pelos líderes partidários (BATES et alli, 2012).

Na realidade, isso nem sempre foi verdade. Segundo Bates et alli (2012) as sessões de PMQ eram bastante democráticas e as perguntas vinham de parlamentares variados. Com o passar do tempo, porém, houve maior centralização das questões na figura dos líderes partidários. Isso se agrava a partir do final dos anos 80 quando os PMQs passaram a ser televisionados. O gráfico abaixo demonstra o total do tempo utilizado, em média, por diferentes setores da Câmara.

Gráfico 7. Tempo de fala no Parlamento por setores.



Fonte: Bates et alli 2010

⁵ Membros do Parlamento que não possuem cargos de direção ou posições de destaque dentro dos partidos.

Nota-se que o Primeiro Ministro concentra boa parte do tempo de fala, e que tal concentração aumentou ainda mais a partir da Era Blair. Por outro lado, vemos uma diminuição considerável no tempo de fala dos “backbenchers” tanto de oposição quanto da situação, enquanto os líderes de oposição praticamente dobraram o tempo de fala. É difícil atribuir essa mudança no padrão do funcionamento dos PMQs a apenas um fator, mas vale ressaltar que é a partir de 1989, final da Era Thatcher, que as sessões passam a ser televisionadas e é justamente nesse período que há um aumento no tempo gasto tanto pelo líder da oposição quanto pelo próprio primeiro ministro.

Outro fator que descaracteriza o PMQ enquanto maneira de se fiscalizar o governo é a qualidade tanto das perguntas quanto das respostas. No mesmo estudo citado anteriormente, nota-se que boa parte das perguntas feitas tem apenas o intuito de se ganhar pontos políticos. São muitas vezes perguntas retóricas, que quando feitas pela oposição visam apenas atacar o governo sem fazer uma pergunta de fato, ou, se feitas pela situação, visam apenas dar a oportunidade para que o Primeiro Ministro fale sobre eventuais pontos positivos de seu governo.

Nesse sentido, o PMQ tornou-se mais um espetáculo com fins eleitoreiros do que um canal de fiscalização de fato. Assim sendo, é importante atentarmos para o fato de que o eleitorado britânico não é totalmente desacostumado a ver seus líderes partidários debatendo. A personalização da política no Reino Unido não é algo novo, como a realização do debate em 2010 pode levar a crer. Ela é fruto de um processo maior, que passa diretamente pelo poder atribuído ao Primeiro Ministro, como veremos logo a seguir.

2.6. O PRIMEIRO MINISTRO

A figura do Primeiro Ministro no Reino Unido vem despertando debates relevantes na Ciência Política contemporânea. Em linhas gerais, ao Primeiro Ministro cabe:

Organizar o gabinete, dirigi-lo, presidir as sessões, chefiar o partido majoritário, exercer a liderança parlamentar, tratar diretamente com o rei, ou Chefe de Estado, servir de intermediário entre o ministério e a Coroa ou a Presidência da República, enfim, assumir a direção de todos os negócios de governo e obter sempre o apoio da maioria, demonstrando para tanto a

necessária habilidade e competência como líder parlamentar. (BONAVIDES, 2010 p. 357).

No caso britânico essa premissa citada é verdadeira, embora mereça uma ressalva importante com respeito à relação do governo com a Coroa. De fato, a Coroa exerce um poder político no Reino Unido, porém esse poder é simbólico. Bagehot (apud BONAVIDES, 2010, p. 355) afirma que a rainha teria que, inclusive, assinar sua própria pena de morte caso ambas as casas assim quisessem. Naturalmente o exemplo é exagerado, mas é também importante para que tenhamos clareza de que a Coroa nada mais faz do que avalizar o que for decidido pelo legislativo, embora as ações do parlamento só se tornem válidas após a chancela real.

Nesse sentido, o primeiro ministro é muito mais do que um articulador entre o Parlamento e a Coroa. Ele é um chefe de governo de fato, com plenos poderes para determinar o funcionamento do gabinete (inclusive com direito de demitir ministros quando achar conveniente) e com força suficiente para determinar a agenda da Casa.

No cenário contemporâneo da Ciência Política, surge o debate sobre a “presidencialização”⁶ do Primeiro Ministro britânico. O termo surgiu através da criação de um Tipo Ideal de presidencialismo, cujas principais características seriam a separação do executivo em relação ao legislativo e o fato do chefe de governo ser eleito de forma direta em eleições separadas das eleições para o legislativo, ambas tipificadas para efeito de comparação com o sistema parlamentarista (WEBB E POGUNTKE, 2012).

É importante trabalharmos com esses Tipos Ideais para não interpretarmos de forma equivocada o que os defensores dessa tese defendem. Não se trata, defendem-se os autores, de dizer que o Primeiro Ministro está se tornando um presidente, mas de dizer que características típicas do presidencialismo estão entrando com força no parlamentarismo inglês.

As características citadas anteriormente levariam, segundo os autores, a três desdobramentos principais: maior poder do chefe do executivo perante os outros membros do executivo se compararmos com o gabinete no parlamentarismo, maior autonomia do líder do partido, uma vez que a liderança partidária está dissociada da figura do chefe do executivo,

⁶ O termo é uma tradução literal do termo inglês “presidentialisation”, e se refere à aproximação dos papéis realizados pelo Primeiro Ministro aos de um Presidente num sistema presidencialista.

diferente do que ocorre no parlamentarismo e, por fim, um processo eleitoral que gira mais em torno da pessoa.

Primeiramente, a relação do chefe do executivo com os demais membros do mesmo poder parece ser diferente se comparara com aquela que um Premiê tem com seu gabinete. Isso ocorre, porque a autoridade de um presidente vem do voto popular, não o deixando dependente do Congresso para ocupar o cargo⁷. Dessa forma, temos a impressão de que o Presidente tem absoluto controle sobre seu gabinete (ministros, secretários etc). Essa impressão costuma ser correta, embora existam as exceções⁸.

Todavia, nesse momento Webb e Poguntke (2012) acabam por sugerir que, no Parlamentarismo, o Primeiro Ministro não exercia anteriormente a mesma autoridade dentro do gabinete que exerce nos dias de hoje. Daí a ideia de “presidencialização”. Convém atentarmos-nos, porém, que essa situação não é totalmente verdadeira quando tratamos do sistema político britânico. Dentro do sistema político vigente na Grã-Bretanha, o Primeiro Ministro tem a prerrogativa de formar o gabinete da maneira que quiser, não sendo ele constrangido de nenhuma forma pelo Parlamento. Em outras palavras, o Parlamento britânico não interfere na escolha dos ministros e nem mesmo nas demissões destes.

Vale ressaltar também que, geralmente, o Primeiro Ministro possui a maioria no Parlamento (maioria essa liderada por ele⁹), situação que confere a ele legitimidade para tomar suas ações. Dessa forma, parece um equívoco acreditar que o Primeiro Ministro vem aproximando-se da figura presidencial nos últimos anos, uma vez que a engenharia institucional do sistema político inglês é configurada para que o Primeiro Ministro tenha de fato poderes para conduzir os negócios de governo. O Primeiro Ministro é o “Chefe de Gabinete”, e a palavra “chefia” é extremamente apropriada.

Ao tratar dos PMQs, Bates et alli (2012) relatam que antes de Margareth Thatcher, as perguntas eram direcionadas aos ministros das áreas tratadas pela pergunta. Se a pergunta era sobre políticas para saúde, então elas eram feitas ao ministro da saúde e assim por diante. Foi com Thatcher que isso mudou. A primeira mulher a ocupar o cargo foi também a primeira pessoa a centralizar para si o PMQ. Qualquer pergunta, de qualquer área, devia ser feita

⁷ Qualquer presidente precisa do Congresso para governar, naturalmente. Refiro-me aqui à dificuldade que existe nesse sistema para que o presidente seja impedido de ocupar o cargo, uma vez que o impedimento só pode ocorrer em casos de crime.

⁸ Os governos de coalizão podem levar o executivo à dependência em relação aos partidos da sua base aliada.

⁹ Tratarei mais adiante da separação da liderança partidária da liderança do executivo nos casos presidencialistas.

diretamente a ela, uma vez que ela era a chefe do gabinete. Se isso não acontecia anteriormente, era por uma questão de postura dos Primeiros Ministros que passaram pelo cargo, não por qualquer limitação institucional.

Em outras palavras, a autoridade do Primeiro Ministro perante o gabinete por ele formado é prevista e até mesmo incentivada pela própria engenharia institucional do sistema. A afirmação de que o gabinete coletivo¹⁰ foi substituído por um gabinete mais parecido com o gabinete presidencialista não é real para o caso britânico uma vez que este gabinete coletivo, na verdade, não existia antes. Certamente há uma mudança no que diz respeito à centralidade da figura do Premiê, mas isso será tratado mais adiante.

O segundo argumento dado pelos autores diz respeito à separação da liderança do executivo em relação à liderança partidária, o que levaria a um maior grau de controle do partido em relação ao Presidente. Novamente uma afirmativa que parece apoiar-se demasiadamente na tipificação ideal. Em tese, o Presidente de uma república não tem o poder de influenciar o seu partido no Congresso devido a separação de poderes, cabendo esse papel ao líder partidário (geralmente membro eleito do legislativo) e conferindo ao partido maior capacidade de fiscalização do executivo do que no parlamentarismo.

Enquanto isso, no parlamentarismo o Premiê lidera o partido que possui maioria no Parlamento, aumentando seus poderes e diminuindo a capacidade de constrangimento do partido ao Premiê. De fato isso ocorre. Em tempos de eleições presidenciais norte americanas¹¹, a imprensa faz uso da expressão “homem mais poderoso do mundo” corriqueiramente. É óbvio que essa expressão é verdadeira já que estamos falando do Presidente da nação mais influente do mundo na atualidade. Porém, ao tratarmos dos poderes institucionais de um Presidente estadunidense, veremos restrições em maior número se compararmos com as restrições que um premiê britânico sofre.

Ao analisarmos brevemente as instituições, veremos que o poder de um Presidente é, em tese, limitado pelo poder legislativo, enquanto o Premiê britânico o tem ao seu lado. O mesmo serve para a relação do chefe do executivo com o seu partido. Nesse sentido, ao analisarmos apenas as instituições e seus efeitos teóricos, o poder do Premiê é maior que o do

¹⁰ ideia de um “gabinete coletivo” sugerida por Webb e Pongutke (2012) remete a um gabinete formado por iguais, onde não haja um acima dos demais.

¹¹ A comparação aqui é feita com os Estados Unidos.

Presidente, ou seja, a ideia de “presidencialização” não faz sentido, uma vez que ela deveria implicar em perda de poder, não ganho (DOWDING, 2012).

Além disso, é importante olharmos para aquilo que as instituições sozinhas não nos mostram. Podemos imaginar um Presidente que não tem apoio de seu partido no Congresso (mesmo que esse apoio seja, numericamente, insuficiente)? As decisões do executivo refletem, na maioria dos casos, as vontades do partido. Em outras palavras, o líder do partido e o Presidente, além de figuras de alto escalão partidário, trabalham juntos. O Presidente não deve, por exemplo, mandar uma proposta ao Congresso sem antes saber o posicionamento do partido. Ele pode fazê-lo, claro, mas tal independência pode converter-se facilmente em um suicídio político. Isso seria política mal feita, e incompetência política não escolhe sistema.

Por maior que seja o poder do Primeiro Ministro em relação ao seu partido, uma decisão errada pode fazê-lo perder o apoio do próprio partido, o que enfraqueceria sua imagem perante a opinião pública podendo levá-lo, inclusive, à perda do cargo, como aconteceu com Tony Blair. Em outras palavras, a separação da liderança do executivo em relação à liderança do partido analisada de forma ideal não é suficiente para provar nada. Ambos, Presidente e Primeiro Ministro, precisam do apoio de seus partidos para realizarem seus governos. Embora em tese pareça mais fácil para o Primeiro Ministro obter esse apoio, parece razoável afirmar que na prática o jogo político é complexo da mesma forma, sendo a maior vantagem do Primeiro a capacidade de influenciar a agenda do legislativo. Quanto a isso não há dúvidas. Mas, novamente, não se trata de um processo de “presidencialização”, uma vez que o Presidente não possui tal prerrogativa.

O terceiro ponto talvez seja o mais complexo. A personalização do processo eleitoral parece ter dominado o mundo democrático (DOWDING, 2012). Não se trata de uma exclusividade de um ou de outro país, mas de qualquer lugar onde a democracia vigore. Esse argumento certamente se aplica para a política britânica. A própria classe política incentiva isso ao, por exemplo, esperar de um ministro que ele sozinho tenha domínio irrestrito de todos os assuntos de seu governo durante um PMQ.

No processo eleitoral de 2010 no Reino Unido diversos foram os apelos para as qualidades individuais dos líderes dos três principais partidos. A realização pioneira do debate talvez tenha sido o sintoma mais emblemático desse processo. Apesar disso, é importante tomarmos bastante cuidado para não associarmos diretamente o processo de personalização aos resultados. No decorrer do texto, tentarei expor em linhas gerais que, ainda que esse

processo de fato ocorra, não se pode acreditar que ele sozinho dê conta de explicar a vida política britânica.

A complexidade da situação política atual no Reino Unido fica mais perceptível quando deixamos de tratar as eleições de 2010 de forma isolada. Ao olharmos para o resultados da última eleição britânica, percebemos uma diminuição na soma dos votos nominais dos dois principais partidos e um crescimento dos partidos menores, em especial os Liberais. A análise isolada pode levar a crer que trata-se apenas de conjuntura, mas na verdade esse resultado é fruto de um processo que vem ocorrendo desde a segunda metade do século XX. Justamente por isso, a próxima seção se dedicará a uma análise dos resultados eleitorais no século XX.

Capítulo 3. Resultados eleitorais: três momentos do século XX

Para compreensão da influência do sistema nos resultados das eleições no Reino Unido é necessário olharmos com atenção para os resultados das eleições ao longo do século XX. A partir desta análise podemos dividir o século XX britânico em 3 momentos: a diminuição da participação dos Liberais no Parlamento e o consequente aumento do número de cadeiras Trabalhistas; o auge do bipartidarismo; o aumento gradativo do número de votos nominais aos partidos menores.

O primeiro momento será aqui tratado de maneira breve com o intuito apenas de situar o leitor historicamente. O segundo momento pode ser definido como a “Era de Ouro” do Modelo de Westminster uma vez que os governos eram fortes, majoritários e representavam em larga escala a vontade do eleitorado. Já o terceiro momento, que perdura até os dias de hoje, é fundamental para entendermos o peso que o sistema britânico exerce contra os partidos menores.

3.1. PARTIDO TRABALHISTA: A NOVA FORÇA RELEVANTE NO SISTEMA.

A vida política no Reino Unido foi marcada por cerca de dois séculos pela alternância entre Liberais e Conservadores. Essa era a tônica até o começo do século XX. No último governo dos Liberais¹², entre 1908 e 1916, a participação dos Trabalhistas já era relevante (TREVEYLYAN, 1959). Na verdade, a extensão do sufrágio concedeu à classe operária maior protagonismo na vida política britânica. Os Liberais perceberam que conquistar a classe operária seria fundamental para a sobrevivência do partido. Trevelyan (1959) alega que a maior diferença do último governo Liberal para os anteriores foi justamente a atenção dada às questões sociais, muito graças à presença de John Burns, socialista membro do Partido Liberal. Isso nada mais era do que um sintoma das mudanças que estavam por vir no decorrer do século XX.

No final do século XIX diversos partidos de viés socialista surgiram em toda a Europa. No Reino Unido não foi diferente. Diversos grupos socialistas surgiram como a *Socialist League* e a *Marxist Social Democratic Federation*, além do *Independent Labour Party*. Um grupo, porém, merece maior destaque: a *Fabian Society*. Em 1883 um grupo de intelectuais socialistas se uniu para a criação da *Fabian Society* (embora o termo Fabianismo só tenha sido alcunhado em 1889, justamente para definir o socialismo britânico). Inspirados no cônsul romano Quinto Fábio Máximo, famoso por ter protegido Roma de uma invasão sem entrar em conflito direto com o exército adversário (mais poderoso que o dele), o grupo adotou tal nome justamente pelo caráter temporizador que carregava em si: assim como o cônsul romano, o grupo não pretendia entrar em confronto direto com o capitalismo e rechaçava qualquer possibilidade de mudança revolucionária, preferindo as vias democráticas para a superação das mazelas do capitalismo. O “Fabianismo” é uma corrente política pois é fruto da união de duas correntes aparentemente contraditórias: de um lado é clara a influência do liberalismo tradicional britânico e, de outro, as influências do socialismo. Do liberalismo britânico o Fabianismo herdou a visão de formação de uma cultura política. Vale ressaltar que o Fabianismo propunha influenciar pessoas com posições e cargos estratégicos na sociedade para, então, transformar a política, de forma gradual. Já do socialismo herdou elementos como

¹² Na verdade os Liberais ainda ocupariam o cargo em mais um mandato, entre 1916 e 1922. Porém esse governo foi composto por uma coalizão com os Conservadores

redistribuição de riquezas, estatização de elementos estratégicos da sociedade, absorção do desemprego através de obras públicas dentre outros (BOBBIO, 1991)

Os movimentos socialistas no Reino Unido tinham uma vantagem em relação aos movimentos similares de outros países: berço da revolução industrial, o país possuía uma classe operária mais numerosa e consolidada, o que fortalecia tais movimentos. A raiz do Partido Trabalhista é a Revolução Industrial (PETERS, 1993). Apesar dessa maioria o acesso a política era bastante restrito, o que deixava as reivindicações trabalhistas sempre externas às instituições políticas. Dessa forma o *Independent Labour Party* decide inserir-se de fato no mundo institucional e em 1900 consegue formar uma bancada dentro do Parlamento. A partir desse momento o grupo muda de nome e se torna o *Labour Party (Labours)*. Essa mudança da postura “Fabiana” inicial se deu, basicamente por dois motivos (SHAW, 1996): primeiramente ficou claro para estes movimentos que não seria tão simples influenciar setores conservadores da sociedade a agir em defesa dos trabalhadores dentro do Parlamento e, em segundo lugar, os sindicatos, que historicamente exerceram enorme influência inclusive na forma de organização do partido, perceberam que seria impossível realizar conquistas relevantes sem uma bancada que agisse dentro da Câmara dos Comuns.

A partir da entrada dos Trabalhistas no cenário político, não demorou muito para que a alternância Liberais/Conservadores fosse quebrada. Nas eleições de 1900, Liberais e Conservadores somaram aproximadamente 3.100.000 do total de votos, cerca de 95%. Nas eleições seguintes, em 1906, os Trabalhistas tiveram sua primeira participação eleitoral. Os Labour conquistaram, na ocasião, pouco mais de 250.000 votos, o que representava 4,8% do total de votos. No Parlamento, os Trabalhistas conquistaram 29 cadeiras de 670. Um número pequeno em comparação às duas principais forças, mas expressivo se compararmos ao desempenho dos partidos menores em eleições anteriores.

Nas eleições de 1910 os Trabalhistas conquistaram cerca de 435.000 votos, o que representava 7% do total de votos. Nessa eleição o número de cadeiras dos Trabalhistas saltou de 29 para 40, aumentando a força do partido dentro do Parlamento.

Devido ao sistema eleitoral britânico, é importante atentarmos-nos à percentagem de votos nominais que um partido recebe se o objetivo é analisar o potencial de representatividade do partido. O número de cadeiras pode ser um indício falso, seja de sucesso ou de fracasso. Entre 1918 e 1922, por exemplo, cerca de 30% do Parlamento era composta por parlamentares que conquistaram suas cadeiras com votações minoritárias

(NICOLAU, 1999). Esse exemplo é emblemático para a compreensão de que, quando tomada de maneira isolada, a análise a partir da quantidade de cadeiras conquistadas após cada pleito pode induzir a erros. Uma comparação entre o desempenho dos Labours em 1906 e 1910 indica que a participação no Parlamento aumentou 27,5 pontos percentuais na segunda. Um aumento considerável, mas não tão expressivo quanto o aumento de 71,4 pontos percentuais na quantidade de votos nominais. Mais do que medir a força do partido no Parlamento, cabe aqui ressaltar o crescimento da aceitação dos Labours perante o eleitorado.

A partir de 1918, as mudanças das regras eleitorais favorecem os Trabalhistas. A expansão do sufrágio aumenta consideravelmente o número de eleitores e insere definitivamente a classe operária no jogo eleitoral. As eleições desse ano foram bastante tumultuadas. O contexto era peculiar. Ao mesmo tempo em que o direito ao voto era concedido às mulheres e aos homens maiores de 21 anos (independentemente de suas posses ou religião) o mundo assistia ao final da Primeira Guerra Mundial. Coalizões foram feitas e os Liberais se dividiram em dois grupos. Mas o destaque nessas eleições foi a quantidade de votos que os Trabalhistas tiveram: 2.171.230. Esse número representou cerca de 20% do total dos votos. Vale ressaltar aqui o salto dado pelo partido. Enquanto nas eleições anteriores o percentual de votos recebidos girou em torno da casa dos 6% como dito anteriormente, em 1918 o partido praticamente triplicou seu desempenho. Todavia, o sistema continuava jogando contra os Trabalhistas¹³. Os 20% dos votos foram transformados em 57 cadeiras, enquanto os 12% do maior bloco dos Liberais foram transformados em 127.

Nas eleições de 1922 os Trabalhistas continuaram crescendo. Ao conquistarem mais de 29% dos votos, o partido conseguiu 142 cadeiras no Parlamento. Em comparação com os Conservadores, vencedores desta eleição, fica clara a dificuldade Trabalhista em lidar com as regras do jogo. Com menos de 10 pontos percentuais a mais na quantidade de votos (38,5%) os Tories conquistaram 344 cadeiras, mais que o dobro de cadeiras Trabalhistas.

Apesar disso, 1922 pode ser considerado um ano histórico politicamente: foi nesse ano que o Labour Party superou os Liberais em número de cadeiras. Essa superação dos Liberais era definitiva¹⁴ e não demorou para o partido ocupar o gabinete. Em 1923 a soma de cadeiras conquistadas pelos Trabalhistas e pelos Liberais foi suficiente para criar um *hung*

¹³ Na verdade o sistema exige uma abordagem estratégica diferenciada por parte do partido. Os Trabalhistas entenderam isso apenas anos mais tarde.

*parliament*¹⁵. Dessa forma, em janeiro de 1924 os Trabalhistas chegavam, finalmente, ao gabinete de primeiro ministro. Como foi um governo minoritário, ele não durou muito e cerca de 10 meses depois os Conservadores retornaram ao gabinete após vitória em novas eleições. Essas eleições, no final do ano de 1924 foram cruéis com os Liberais: sua participação no Parlamento caiu de 158 cadeiras para apenas 40, polarizando definitivamente a vida política inglesa entre Conservadores e Trabalhistas.

Após a guerra o contexto econômico era caótico. Com a queda da Libra, e consequentemente de ganhos por parte das indústrias, as mineradoras passaram a diminuir salários e demitir pessoas. Ao fracassarem nas suas tentativas de greve, ficou claro para esses movimentos sociais que a ação política era fundamental. Em 1929 os Trabalhistas receberam mais de 8 milhões de votos (o dobro do que havia recebido apenas 5 anos antes) e conquistaram 287 cadeiras, sendo, pela primeira vez, o partido com mais cadeiras na casa. Porém ainda não era um governo majoritário absoluto, já que a quantidade de cadeiras dos Liberais poderia dar aos Conservadores a maioria em caso de coalizão. Dessa forma, os Trabalhistas se juntaram aos Liberais para formar governo.

No entanto, a vitória Trabalhista coincidiu com a crise de 1929. O número de desempregados saltou de 1 milhão para quase 3 milhões em apenas 3 anos (29-31), um golpe e tanto no partido que pretendia proteger a classe trabalhadora. O partido tentou, mas não conseguiu atender as demandas sociais tendo que cortar gastos e diminuir o déficit público. Por fim, os benefícios trabalhistas aos desempregados foram cortados. Tal contexto levou a um “Governo da Nação” formado por uma aliança entre todos os partidos. Ao fim do processo, os Trabalhistas foram praticamente expulsos do Parlamento: perderam a confiança do eleitorado e, consequentemente, perderam votos. Voltaram a ser oposição ficando com apenas 46 cadeiras após as eleições de 1931, apesar dos 29,4% dos votos recebidos. Nas eleições seguintes, em 1935, os Trabalhistas recuperaram seu eleitorado, recebendo 38% dos votos nominais. No Parlamento, o partido voltou a ocupar papel de destaque, com 154 cadeiras. Os Conservadores formaram um governo majoritário, com 387 cadeiras no Parlamento, porém os Trabalhistas também foram vencedores: reconquistaram sua participação no Parlamento e a confiança do eleitorado, além de ver os Liberais perderem,

¹⁴ Na verdade, após a crise de 1929, em pleno governo Trabalhista, os Labours perderiam novamente seu posto para os Liberais. Porém a perda foi apenas conjuntural. A derrocada Liberal e a ascensão Trabalhista era irreversível.

¹⁵ Expressão utilizada para indicar que a maioria não foi formada após as eleições. Nesse contexto, coalizões são necessárias.

definitivamente, seu poder dentro do Parlamento. Era o começo de uma nova era na vida política do Reino Unido.

3.2. A “Era de Ouro” do modelo de Westminster no século XX

O “Modelo de Westminster” se refere a um governo forte e responsivo, como o governo do Reino Unido geralmente o é (NORRIS, 1995). É forte pois é formado por um partido, o vencedor nos pleitos. Isso dispensa a necessidade de negociações pós eleitorais e possibilitar a aplicação praticamente sem restrições do plano de governo. É responsivo pois o partido que estiver no governo tem ciência de que precisa dar aos seus eleitores o retorno que deles é esperado, já que o partido pode ser responsabilizado de forma exclusiva por eventuais fracassos de governo. Não existe a necessidade de apoio de partidos de base ou coisas do tipo. O medo de ser considerado culpado faz com que o partido que ocupa o governo esteja o tempo todo concentrado em dar respostas ao seu eleitorado. Essa é a definição usual do “Modelo de Westminster”, e ele só é possível muito graças ao sistema eleitoral adotado no Reino Unido.

Como constatado anteriormente, até as primeiras décadas do século XX o poder esteve concentrado nas mãos dos Conservadores e dos Liberais, apesar do crescimento vertiginoso do percentual de votos conquistados pelos Trabalhistas pleito após pleito. Contudo, os Trabalhistas representaram obstáculos na composição da câmara por inúmeras vezes, exigindo a formação de coalizões para garantir a maioria. Esse fato nos impede de considerarmos esse período como bi partidário, uma vez que existiam mais do que dois partidos relevantes (SARTORI, 2003). No entanto, nas eleições de 1935 e, principalmente, de 1945, essa situação muda.

Nas eleições de 1945 os Trabalhistas finalmente conquistam sua primeira vitória majoritária. O partido, liderado por Clement Atlee, chega novamente ao gabinete, porém sem a necessidade de coalizões. Os Trabalhistas receberam 47,7% do total dos votos. No Parlamento, o partido conquistou 393 cadeiras. Os Conservadores receberam 39,7% dos votos nominais, conquistando 211 cadeiras. Juntos, os dois partidos receberam pouco mais de 87%

dos votos de um eleitorado composto por mais de 33 milhões de pessoas¹⁶. Aqui é preciso deixar claro que o que caracteriza a solidez do Modelo de Westminster é menos a quantidade de votos nominais do que a quantidade de cadeiras conquistadas no Parlamento. Em eleições anteriores, a soma dos votos Trabalhistas e Liberais fora maior do que no ano de 1945. Em 1931, por exemplo, a soma bateu o número impressionante de 91,6%. Essa soma, porém, não foi suficiente para garantir o poder a um dos dois partidos (no caso, os Conservadores) de forma estável, já que os Liberais, mesmo com poucos votos, conquistaram um número expressivo de cadeiras. A diferença do pleito de 1945 para as eleições anteriores é que naquela, o resultado final foi capaz de representar com maior fidelidade o eleitorado britânico, cada vez mais polarizado entre Conservadores e Trabalhistas.

Na década de 50, o Modelo de Westminster viveu seu auge. Nas eleições de 1951 e de 1955, Trabalhistas e conservadores atingiram o ápice da concentração de votos. Em 1951, os Conservadores elegeram a maioria do Parlamento, reconduzindo Winston Churchill ao gabinete. Com 48% dos votos, os Tories ganharam 321 cadeiras, apenas 17 a mais do que os Labours. Esse resultado foi especialmente amargo para os Trabalhistas, pois eles conquistaram 48,8% dos votos, 0,8 pontos percentuais a mais do que os vencedores. A soma total chega à marca de 96,8% do total dos votos, a maior concentração de votos do século XX. Nessas eleições, os Liberais conquistaram apenas 2,6% dos votos, conquistando 6 cadeiras.

Em 1955 a situação pouco se alterou, e os Conservadores seguiram ocupando o gabinete de primeiro ministro. Juntos, os dois principais partidos receberam 96% dos votos, sendo 49,6 para os Conservadores e 46,4 para os Trabalhistas. Os Liberais receberam, nesse ano, 2,7% e continuaram com apenas 6 cadeiras no Parlamento.

Essa situação se repetiu nas eleições seguintes, apenas com variações na quantidade de votos e de cadeiras que cada partido recebeu. A essência, contudo, foi mantida: Conservadores e Trabalhistas concentrando os votos nominais e cadeiras no Parlamento enquanto os Liberais seguiram em sua condição irrelevante para a vida política britânica.

A análise que pode ser feita deste momento é que, por mais que o sistema eleitoral britânico seja problemático, nesse breve período ele foi capaz não apenas de criar governos fortes e responsivos, mas conseguiu representar em larga escala a vontade do eleitorado. Durante o século XX, esse foi o único período em que isso ocorreu. Antes dos anos 50, os

¹⁶ Esse era o tamanho do eleitorado em 1945 (33.240.391 mais especificamente), mas naturalmente que o comparecimento às urnas nunca é de 100%. Naquele ano, cerca de 72% do eleitorado foi às urnas.

resultados já apontavam para uma polarização do eleitorado entre Trabalhistas e Conservadores. Apesar disso, os Liberais seguiam ocupando posição de destaque dentro do Parlamento. O caso mais emblemático ocorreu nas eleições de 1931. Abalado pela crise de 1929, os Trabalhistas perderam uma porção significativa de seus votos. Porém a perda maior foi no número de cadeiras. Com 29,4% dos votos nominais, o partido ficou com apenas 46 cadeiras, o que representava naquele contexto 7,4% das cadeiras. A discrepância entre o percentual de votos nominais e de cadeiras conquistadas é emblemática para compreendermos o maior problema do sistema eleitoral adotado no Reino Unido: a tradução de votos em cadeiras (BORYUSKI, 2010). O eleitorado espalhado dos Trabalhistas sempre fora um obstáculo para o partido, uma vez que isso atrapalha o desempenho do partido dentro de cada distrito. De nada adianta o partido ter cerca de 30% dos votos se esse eleitorado está espalhado pelo país. Seria muito mais vantajoso ter uma quantidade menor de votos nominais porém concentradas em distritos. Em 1923, por exemplo, os Trabalhistas ocuparam 191 cadeiras recebendo pouco mais de 30,7% dos votos, situação bastante diferente em relação a 1931.

Durante a década de 50, no entanto, os votos foram traduzidos de maneira mais condizente com a real vontade do eleitorado. Isso se deve, inicialmente, à entrada da classe operária no jogo político e também à cisão dos Liberais (SHAW, 1996). Com o enfraquecimento dos Liberais e o fortalecimento paulatino dos Trabalhistas, a situação de quem quer que ocupasse o gabinete nos anos 50 era muito mais confortável do que tinha sido anteriormente. A situação começa a alterar-se, no entanto, a partir da década de 70, embora de forma sutil. O Modelo de Westminster seguiu inabalado até bem recentemente, mas menos graças a um comportamento homogêneo por parte do eleitorado e mais devido à incapacidade do sistema em traduzir a vontade do eleitorado no resultado final. A partir da década de 70 (1974 mais especificamente) o eleitorado passa a fugir cada vez mais da polarização Tories/Labour, embora o sistema ainda seja eficiente para a manutenção do Modelo.

3.3. O PESO DO SISTEMA: O AUMENTO DA VOTAÇÃO LIBERAL E A MANUTENÇÃO DO MODELO DE WESTMINSTER.

Na década de 70 a situação começa a mudar no que tange à concentração de votos. Labours e Tories passam a perder votos enquanto os Liberais começam a receber mais votos.

O auge deste momento se deu em 1983 quando atingiram a marca de 25% do total dos votos. Todavia, tal crescimento não se refletiu no crescimento da participação do partido dentro do Parlamento, como será demonstrado.

Em fevereiro de 1974 os Trabalhistas conquistaram 301 cadeiras no Parlamento, apenas 4 a mais que os Conservadores, apesar destes terem tido uma ligeira vantagem nas votações nominais (37.8% para os Conservadores contra 37.2% para os Trabalhistas). Era a primeira vez, desde a Segunda Guerra Mundial, que as eleições não formavam prontamente uma maioria. Negociações foram feitas para decidir qual partido ocuparia o gabinete do primeiro ministro. Os Liberais foram convidados pelo premiê Edward Heath, líder dos Conservadores, para formar um governo de coalizão. As negociações não avançaram e, dessa forma, os Trabalhistas, liderados por Harold Wilson, chegaram ao gabinete. Diversos são os motivos que podem levar uma negociação ao êxito ou ao fracasso, mas nesse caso específico a demanda Liberal era bastante clara: reformas no sistema eleitoral. A exigência do partido liderado, na época, por Jeremy Thorpe tinha fundamentos. Nessas eleições os Liberais conquistaram 14 cadeiras no Parlamento, apesar de terem recebido 19.3% dos votos nominais. Em termos percentuais o crescimento no número de cadeiras foi bastante elevado, uma vez que o número mais que dobrou em relação ao resultado das eleições de 1970. Porém continuava deixando o partido com participação pequena na casa, que nessa época contava com 635 cadeiras. A questão aqui é a votação nominal: como pode um partido que recebe pouco menos de 20% do total de votos ocupar apenas 2% das cadeiras? Daí o interesse dos Liberais em realizar uma reforma eleitoral. E também daí a resistência por parte de Conservadores e Trabalhistas em fazê-la. Sigamos com a análise dos resultados neste terceiro momento para, mais adiante, refletirmos sobre a questão acima.

Em outubro de 1974, novas eleições foram realizadas já que os Trabalhistas encontravam dificuldades para governar devido ao fato de serem um governo minoritário. Nessas novas eleições, os Trabalhistas conseguiram reiterar sua posição, não embora com larga vantagem. Com 319 cadeiras, os Trabalhistas ficaram com 3 cadeiras a mais que o necessário para ter maioria no Parlamento, sendo que dessa vez, diferente das eleições anteriores, os Trabalhistas também foram o partido com maior quantidade de votos nominais, recebendo 39.3% dos votos, enquanto os Conservadores conquistaram 277 cadeiras com 35.7% dos votos. A situação dos Liberais seguiu praticamente a mesma em relação às eleições de fevereiro. Com 18.3% dos votos, os Liberais conquistaram 13 cadeiras, uma a menos do que haviam conquistado em fevereiro.

Merece destaque nesse caso também a soma dos votos conquistados pelos outros partidos. Com 6.7% dos votos (segundo maior índice, perdendo apenas para os 9.7% dos votos em 1997) os demais partidos conseguiram somar 26 cadeiras em 1974. Em outras palavras, com menos da metade dos votos dos Liberais, os demais partidos somaram o dobro das cadeiras conquistadas pelo terceiro colocado. Isso se deve à concentração territorial desses votos, já que muitos dessas cadeiras foram ocupadas por nacionalistas norte irlandeses ou escoceses. Se comparamos Liberais com Nacionalistas Irlandeses tal situação fica bastante clara mesmo desde eleições anteriores: com o mesmo percentual de voto, Irlandeses conseguem mais cadeiras, já que seu eleitorado está localizado em uma porção específica do Reino Unido, enquanto os Liberais, esparsos, não conseguiam transformar votos em cadeiras com a mesma facilidade (TAYLOR, 1973).

Mas nenhuma eleição nesse momento retrata tão bem o peso que o sistema exerce sobre os partidos menores quanto as eleições de 1983. Nessas eleições os Conservadores se beneficiaram dois fatores: os conflitos internos dos Trabalhistas e a vitória na Guerra das Malvinas, um ano antes das eleições.

Margareth Thatcher tornara-se a primeira mulher a ocupar o gabinete de premiê na história do Reino Unido em 1979. Com o país enfrentando sérios problemas econômicos e sociais, sua popularidade era uma das piores de toda a história do país. Essa situação mudou quando a Argentina invadiu as ilhas Malvinas, uma vez que a vitória na guerra representou um impulso na sua popularidade.

Enquanto isso, os Trabalhistas não conseguiam trabalhar de forma sintonizada. Em 1980, Michael Foot foi eleito novo líder do partido, o que representou uma guinada à esquerda. Dessa forma, setores menos radicais do partido começaram a sair do partido e um grupo formou um novo partido: o *Social Democratical Party* (SDP). Com ex trabalhistas renomados, o SDP conseguiu atrair um eleitorado razoável. Além disso, o partido costurou uma aliança com os Liberais, formando o que ficou conhecido como “*The Alliance*”.

Com esse cenário a vitória dos Conservadores não chega a ser uma surpresa. Com 42.4% dos votos, os *Tories* conquistaram 397 cadeiras, o que representava uma maioria absoluta no Parlamento. O peso do sistema, porém, fica claro na comparação entre Trabalhistas e os Liberais, mais numerosos na composição da Aliança. Os Trabalhistas tiveram seu pior desempenho desde 1918, conquistando 27.6% dos votos e por pouco não perderam a segunda posição para os Liberais, que ficaram com 25.4%. Apesar dessa diferença

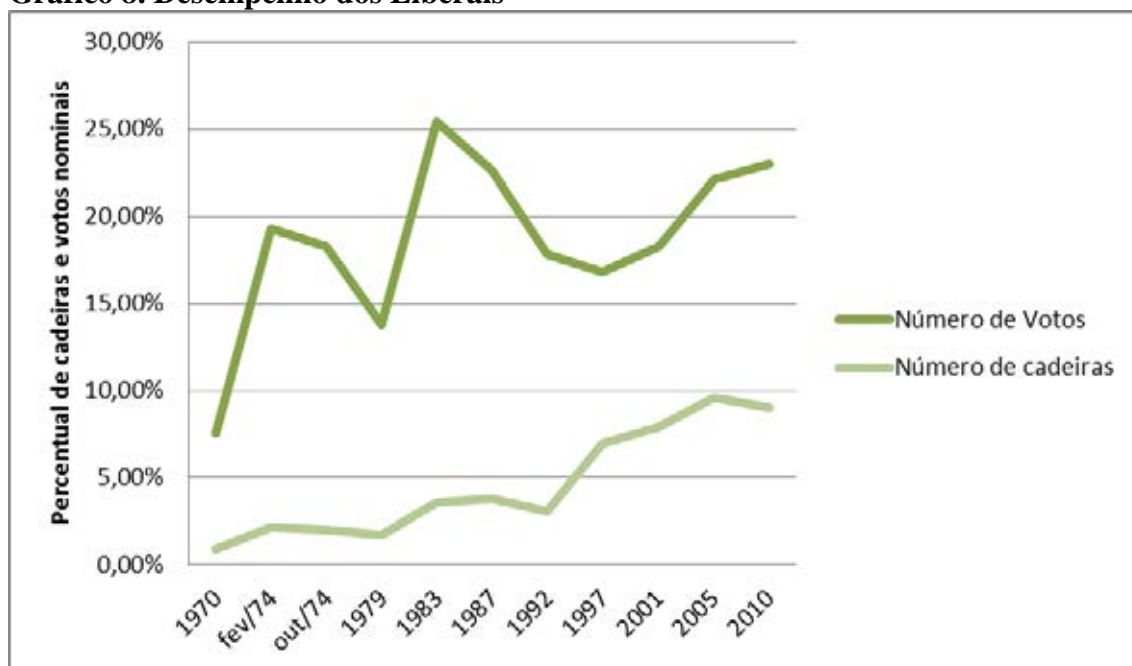
bastante estreita entre os dois partidos, o resultado no Parlamento foi bastante diferente. Enquanto os Trabalhistas conquistaram 209 cadeiras, os Liberais e sua aliança conquistaram apenas 23 cadeiras. Isso representa dizer que com 27.6% dos votos, os Trabalhistas conquistaram 32% das cadeiras, enquanto os Liberais, com apenas 2 pontos percentuais a menos de votos ficaram com apenas 3.5% das cadeiras na Câmara dos Comuns. Não por acaso, uma das bandeiras da Aliança, antes das eleições, era a reforma eleitoral com o objetivo de implantar a representação proporcional.

Essa situação é emblemática no peso que o sistema possui na manutenção do Modelo de Westminster. Uma conta simples pode levar a resultados impressionantes. Enquanto cada MP Trabalhista “custou” ao partido, em média, aproximadamente 40.460 votos, cada parlamentar Liberal “custou” o número impressionante de 338.300 votos aproximadamente. Uma discrepância enorme entre os dois partidos.

A situação variou muito pouco nas eleições seguintes, em 1987. Na terceira vitória seguida de Thatcher, a diferença entre Trabalhistas e Liberais, embora maior do que em 1983, manteve-se estreita enquanto o resultado em cadeiras manteve-se discrepante.

Dos anos 90 até atualmente, os Liberais têm crescido no Parlamento, embora ainda com restrições severas impostas pelo sistema. Em 1992 o partido recebeu pouco mais de 17% dos votos nominais e conquistou 20 cadeiras no Parlamento mas em 1997, última eleição do século XX, o partido teve seu melhor desempenho desde a substituição dos Liberais pelos Trabalhistas no papel de protagonista político junto com os Conservadores: com 16.8% dos votos (ironicamente o segundo menor índice neste terceiro momento) o partido conquistou 46 cadeiras, cerca de 7% do total de cadeiras. Esse índice parece pequeno (e de fato o é), mas é o melhor índice dos Liberais desde os anos 30. O gráfico abaixo representa o desempenho dos Liberais desde a década de 70 até as eleições de 2010 tanto em votação nominal quanto em cadeiras conquistadas.

Gráfico 8. Desempenho dos Liberais



Apesar do crescimento dos Liberais a partir de 1974, tanto em votos nominais como em cadeiras, o sistema continuou impondo dificuldades ao partido. O século XXI é apenas uma continuação deste fenômeno: crescimento nominal crescendo em ritmo diferente ao crescimento na quantidade de cadeiras no Parlamento.

3.4. 2001 E 2005: O DESGASTE DO MODELO DE WESTMINTER E A CONTINUAÇÃO DO CRESCIMENTO DOS LIBERAIS.

Nas duas primeiras eleições do século XXI fica claro o desgaste do Modelo de Westminster. Os dois principais partidos foram diminuindo, gradativamente, a concentração de votos.

Nos anos 50, a soma de votos nominais dos dois partidos atingiu a casa dos 96% (96.8% em 1951 e 96.1 em 1955). Nos anos 60 esse percentual diminuiu, porém continuou bastante alto, chegando a 89.9% em 1966, por exemplo. A partir dos anos 70, especialmente a partir de 1974, a concentração de votos começa a sofrer uma queda mais sensível. Em 1983 tal concentração atinge o patamar de 70%, o menor desde que Conservadores e Trabalhistas passaram a protagonizar a vida política britânica. A exceção nesse último quarto do século

XX foi o ano de 1979. No ano em que Margareth Thatcher chegou ao gabinete, Conservadores e Trabalhistas somaram 80.8% dos votos nominais. Apesar de ser o índice mais alto nesse período, ele continua retratando uma queda em relação às duas décadas anteriores.

Nos anos 80 e 90 a tendência seguiu. Conservadores e Trabalhistas não passaram da soma de 76.3% dos votos. Tal marca, a maior nesse período, foi atingida em 1992 quando John Major liderou os Conservadores a sua quarta vitória consecutiva. A partir de 1997, no entanto, essa concentração seguiu em queda até as últimas eleições, em 2010, que serão tratadas mais adiante. Isso devido ao crescimento nos votos nominais tanto dos Liberais quanto dos partidos menores. A soma do percentual dos partidos menores, por exemplo, saltou de 5.8% para 9.3% entre 1992 e 1997 e esse percentual continuou sofrendo ligeiros aumentos a cada eleição.

Já os Liberais voltaram a conquistar percentuais mais significativos a partir das eleições de 1974, quando conquistaram 19.3% dos votos. A partir destas eleições, o partido manteve-se estável, sendo as eleições de 1983 e de 1987 os auges do partido, com 25.4% e 22.6% respectivamente. Todavia, nos anos 90 e 2000 a concentração de votos sofreu uma ligeira queda, oscilando entre 16.8% (1997) e 18.3% (2001).

Apesar da variação pequena no desempenho na conquista de votos nominais dos Liberais entre a década de 70 e as eleições de 2001, a grande conquista do partido foi a quantidade de cadeiras conquistadas. Em 1992, os Liberais receberam 17.8% dos votos, conquistando 20 cadeiras no Parlamento. Em 1997, os Liberais sofreram uma leve queda no total de votos, terminando tal pleito com 16.8%. Apesar dessa ligeira queda, a participação dos Liberais no Parlamento mais que dobrou: com um ponto percentual a menos de votos, em relação às eleições de 1992, o partido conquistou 46 cadeiras, mais que o dobro em relação a 1992. As eleições de 1997 merecem destaque devido a eficiência na conquista de votos, tanto por parte dos Liberais quanto por parte (principalmente) dos Trabalhistas. Tal eleição será melhor abordada mais a frente, ainda neste capítulo.

Em 2001 os Liberais seguiram seu aumento na participação no Parlamento. Com 18.3% dos votos (novamente, uma variação bastante pequena em relação à eleição anterior) o Partido aumentou de 46 para 52 o número de cadeiras na casa.

Em 2005 as eleições terminaram com uma nova vitória dos Trabalhistas, a terceira seguida. Com 35.3% dos votos, Tony Blair igualou Thatcher e assegurou pela terceira vez seguida o direito de ocupar o gabinete de Premiê. Com esse índice, os Trabalhistas conquistaram 356 cadeiras no Parlamento. Os Conservadores, por sua vez, receberam 32.3% dos votos, uma diferença bastante pequena em relação aos vencedores. Ainda assim, o partido teve o direito de ocupar “apenas” 198 cadeiras, uma diferença de pouco mais de 55% apesar da diferença no percentual de votos ser de apenas três pontos. Novamente, o quadro de 1997 se repete. Com uma estratégia eficiente, Trabalhistas conseguem aproveitar ao máximo seus votos e transformá-los no máximo possível de cadeiras.

Os Liberais, por sua vez, seguiram sua ascensão no Parlamento. Com 22.1% dos votos, maior índice desde 1987 os Liberais conseguiram 62 cadeiras. Novamente um resultado bastante distante do índice de votos nominais, mas foi a terceira eleição seguida em que os Liberais cresceram dentro do Parlamento.

Até o presente momento, o século XX e as duas primeiras eleições do século XXI foram tratadas de maneira superficial com o seguinte objetivo: demonstrar a dificuldade que o sistema eleitoral britânico pode representar tanto para os partidos menores (que mesmo com uma votação significativa encontram dificuldades em se fazer representar dentro da Câmara dos Comuns) quanto para os partidos maiores já que, em alguns casos, a diferença de votos é muito menor do que a diferença no número de cadeiras conquistadas. Inclusive por duas vezes no século XX o partido vencedor não foi o partido com maior número de votos. A maior dificuldade está na relação votos/cadeiras, e ela se deve à “duas geografias”: à geografia do eleitorado de cada partido e à geografia dos distritos.

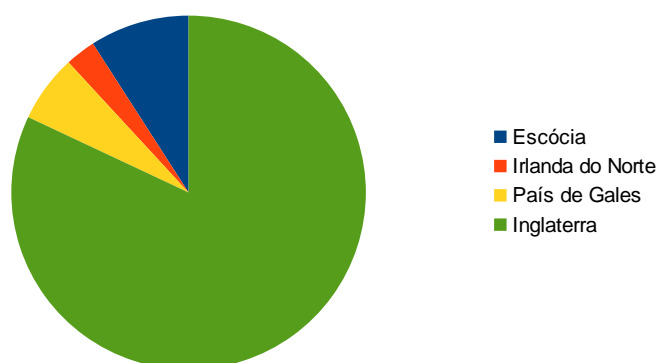
Capítulo 4. First Past the Post: o sistema distrital e suas implicações

O sistema distrital de maioria simples é adotado no Reino Unido desde a origem do Parlamento Medieval, em 1264 (NICOLAU, 1999). Neste sistema, o país é dividido em distritos e cada distrito representa uma cadeira no Parlamento. As eleições gerais ocorrem dentro de cada distrito e o candidato mais votado no distrito ocupa uma cadeira no Parlamento. Ao final do processo, o líder do partido que tiver mais cadeiras no Parlamento ocupa o gabinete de Primeiro Ministro.

As últimas eleições realizadas no Reino Unido (2010) contavam com 650 distritos distribuídos entre Escócia, com 59 distritos, Irlanda no Norte, com 18 distritos, País de Gales, com 40 distritos, e a Inglaterra, com 533 distritos. Todos os partidos podem lançar um único candidato em cada distrito. Ao fim das eleições o candidato mais votado é o vitorioso, não havendo segundo turno ou qualquer outra forma de se atingir a maioria absoluta de votos. Na prática, as eleições gerais acabam se transformando na soma de pequenas eleições locais onde não mais do que 3 candidatos, no máximo, tem chances reais de conquistar uma cadeira (TAYLOR, 1973).

Vale ressaltar, aqui, que a diferença na quantidade de cadeiras entre os países se deve às diferenças populacionais, pelo menos em teoria. Gales por exemplo, é sobre representada em comparação à Escócia. Essa variável, no entanto, não entrará na presente análise.

Gráfico 9. Distribuição das cadeiras nas eleições de 2010.



Neste capítulo, o objetivo é tratar a questão distrital e o quanto ela é fundamental para a construção do resultado final. O surgimento da Boundary Commission em 1944 já foi tratado anteriormente. Desse modo, será feita uma análise destacando as vantagens e as desvantagens do uso do sistema distrital simples. Feita esta análise, será tratada a importância da relação entre a geografia dos distritos com a geografia do apoio partidário, ou seja, como a distribuição do eleitorado pelos distritos é crucial para a composição final do Parlamento. Nesse caso, a eleição geral de 1997 é interessante pois nos fornece subsídio empírico sobre a influência dessas duas geografias no resultado final.

4.1. VANTAGENS E DESVANTAGENS DO FIRST PAST THE POST.

Este sistema tem como maior vantagem a formação de maiorias estáveis, uma vez que dificulta o acesso de partidos menores. No entanto, o outro lado dessa questão é justamente a maior desvantagem do sistema: ele é um obstáculo para que minorias se façam representar no cenário político. Alguns países tentaram encontrar alternativas para essa questão, como a Índia que criou uma espécie de cota mínima de cadeiras para minorias étnicas e religiosas (NICOLAU, 1999). O caso britânico, no entanto nunca foi planejado para contemplar a proporção entre votos e cadeiras (WILDGEN; ENGSTROM, 1980).

Argumentos em favor de tal sistema giram em torno do caráter forte e responsivo de um governo formado por um sistema distrital simples (NORRIS, 1995). Uma vez que o sistema eleitoral britânico não foi elaborado para contemplar a proporcionalidade, a tendência é que exista sempre um único partido vencedor, partido este que não precisaria de coalizões para governar. Uma análise rápida dos resultados finais das eleições no século XX e das 3 eleições ocorridas no século XXI comprova tal tendência: apenas em 1923, em fevereiro de 1974¹⁷ e em 2010 não houve a formação imediata de um governo majoritário. Ao fim de todas as demais eleições, sempre houve um único partido vencedor que controlaria a maioria do Parlamento. Dessa forma, o partido vencedor não encontra grandes obstáculos para implementar seu plano de governo.

¹⁷ Neste ano devido à formação de um governo minoritário nas eleições ocorridas em fevereiro, novas eleições foram chamadas em outubro para procurar formar um governo majoritário.

Essa tendência é exatamente o que possibilita ao governo que ele seja forte, ou seja, que ele não seja dependente de nenhum tipo de aliança ou de negociações para fazer aquilo que o partido se propôs a fazer durante a campanha. E é da sua força que a segunda característica advém: um governo forte, que não encontra grandes obstáculos no Parlamento para implementar suas políticas e que é independente de coalizões é responsabilizado praticamente sozinho pelas consequências de suas decisões. Dessa maneira, o governo precisa estar constantemente dando respostas às demandas dos seus eleitores. A força de um governo formado por um sistema distrital majoritário simples faz, então, que este mesmo governo seja muito mais responsivo à sociedade para que ele não corra o risco de perder as próximas eleições. Esse, segundo Norris (1995), é o principal argumento daqueles que defendem esse sistema. A força e o caráter responsivo de um governo estão acima de qualquer preocupação com a proporcionalidade da representação e a barreira que este sistema impõe aos partidos pequenos é, para estes, uma virtude e não um defeito (NORRIS, 1995).

As exceções no caso dos partidos pequenos são os partidos com eleitorado bastante concentrado em determinadas regiões do país. Em um sistema proporcional, partidos escoceses e irlandeses, por exemplo, provavelmente elegeriam ainda menos parlamentares (TAYLOR, 1973). Esse talvez seja o único caso onde partidos pequenos conseguem ter alguma vantagem com esse tipo de sistema.

Já os críticos deste sistema insistem no problema da proporção. Não são poucos os casos onde as eleições deixam de contemplar uma porção significativa do eleitorado britânico. Com o objetivo de formar um governo forte, o sistema acaba por funcionar como uma barreira aos partidos menores, o que não quer dizer que eles não sejam votados. Os Trabalhistas já sofreram bastante com isso no começo do século XX, quando recebiam votações expressivas mas conquistavam um número de cadeiras bastante inferior, como já vimos anteriormente. Na segunda metade do século XX as maiores vítimas deste sistema sem dúvida nenhuma foram os Liberais, especialmente a partir da década de 70.

Nos anos 50 e 60 o bi partidarismo inglês viveu seu auge, com Trabalhistas e Conservadores se revezando no poder sempre com maiorias sólidas acompanhadas de percentuais elevadíssimos de votos nominais. Em 1951 por exemplo os Conservadores formaram maioria no Parlamento, com 321 cadeiras. Os Trabalhistas ficaram com apenas 17 cadeiras a menos. Mesmo assim os Conservadores conseguiram formar maioria sem a necessidade de coalizões, uma vez que a soma das cadeiras dos demais partidos (incluindo os

Liberais) era de apenas 9. Mas o bi partidarismo, neste momento, não era um mero fruto de um sistema que dificulta a vida dos partidos menores, muito embora o sistema distrital de maioria simples crie não apenas dificuldades mecânicas aos partidos, mas também interfira no psicológico do eleitor, que ao entender o funcionamento do sistema tende a optar por votar em algum candidato (partido) que tenha chances reais de vitória (CURTICE, 2010). O bi partidarismo, neste momento, de fato representava o eleitorado. Nessas eleições em 1951, Conservadores e Trabalhistas concentraram, na soma, cerca de 97% dos votos.

Contudo, esse cenário começou a mudar a partir dos anos 70. Em 1974 duas eleições foram realizadas no Reino Unido: uma em fevereiro e outra em outubro. Na primeira os Liberais receberam 19.3% dos votos e na segunda 18.3%. Um salto gigantesco para quem havia recebido, apenas quatro anos antes, pouco mais de 7% dos votos. Mas esse eleitorado conseguiu se fazer representar adequadamente no Parlamento. Nas eleições de fevereiro os 19.3% dos votos foram transformados em 14 cadeiras. Em outubro, a queda de um ponto percentual representou a perda de uma cadeira. Vale ressaltar aqui que enquanto a Índia (como foi destacado anteriormente) procurou maneiras de dar o direito de representação a minorias, no Reino Unido o quadro é bastante diferente, uma vez que 19% do eleitorado dificilmente pode ser considerado uma minoria na composição de uma sociedade.

Em 1983 o quadro foi ainda mais grave. Margareth Thatcher caminhava para um fim melancólico de seu primeiro mandato como Primeira Ministra devido a seus baixos índices de popularidade. Em 1982, porém, a vitória na Guerra das Malvinas elevou sua popularidade. Dessa forma, nessas eleições, os Conservadores venceram com um “landslide”, recebendo 42.4% dos votos e ficando com 397 cadeiras de um total de 650. Uma maioria absoluta. Um fator que facilitou a vida dos Conservadores foi a organização dos Trabalhistas para essas eleições: repletos de conflitos internos e com a saída de nomes importantes do partido os Labour não conseguiram ser um adversário à altura para os Conservadores. Com 27.6% dos votos, os Trabalhistas liderados por Michael Foot conquistaram 209 cadeiras. Os Liberais nessas eleições se aliaram com o SDP, partido então recém formado por ex-integrantes do partido Trabalhista.

A aliança consistia no seguinte: em nenhum distrito haveria um candidato Liberal e um candidato do SDP competindo um com o outro. Essa aliança, formada majoritariamente por membros do partido Liberal, recebera 25.4% dos votos, cerca de apenas 2 pontos percentuais a menos do que os Trabalhistas. Foi a menor diferença entre os dois partidos

desde a década de 30. Um quarto do eleitorado se sentia representado pelas ideias e propostas (entre elas a reforma eleitoral, visando um sistema proporcional) do partido Liberal. O sistema eleitoral foi, mais uma vez, decisivo: com apenas 2.2 pontos percentuais a menos de votos em relação aos Trabalhistas, os Liberais conquistaram 23 cadeiras, um número irrisório frente ao total de 650 cadeiras no Parlamento e extremamente díspar em relação às 209 cadeiras Trabalhistas. De fato, partidos que recebem mais de 30% dos votos, geralmente, são sobre representados no sistema eleitoral britânico (JOHNSTON; ET ALI, 1998) mas a situação gerada nas eleições de 1983 traz à tona o problema da representação em sistemas distritais majoritários simples.

4.2. A GEOGRAFIA DO ELEITORADO

A análise dos resultados de qualquer eleição é sempre bastante complexa e rica em fatores. Não é o objetivo deste trabalho, no entanto, analisar os fatores políticos, econômicos e sociais que determinaram a vitória de um ou de outro partido. Interessa aqui demonstrar o peso que o sistema possui na manutenção de um “status-quo” na vida política britânica.

Podemos entender o sistema eleitoral como um conjunto de regras que vão definir o funcionamento da participação da sociedade no jogo político (TAYLOR, 1973). Dessa forma, levemos em conta os sistemas proporcionais e os sistemas chamados plurais (como o first past the post, por exemplo). Os sistemas proporcionais procuram contemplar as diferenças existentes na sociedade, sejam elas ideológicas, sociais ou mesmo históricas. Teoricamente, cada partido traz consigo um conjunto de ideias que representará grupos. Logo, o sistema proporcional cuidará para que aqueles grupos menores consigam ser minimamente representados no legislativo. Já os sistemas plurais se preocupam a formar maiorias simples, desconsiderando qualquer diversidade de ideias existentes na sociedade. Em síntese, sistemas proporcionais se preocupam com a formação a câmara. Sistemas majoritários se preocupam com suas decisões (NORRIS, 1995).

Se fizermos a assunção que uma eleição deve refletir o conjunto de opiniões e tendências existentes em uma sociedade, podemos assumir também que os sistemas eleitorais distritais de maioria simples refletem tais tendências de maneira bastante distorcida (TAYLOR, 1973).

Tais distorções podem ser explicadas pela relação entre duas geografias: a geografia dos distritos e a geografia do eleitorado (JOHNSTON; ET ALI, 1998). Isso significa dizer o seguinte: existe uma relação clara entre a delimitação dos distritos e o grau de concentração dos eleitores de cada partido nos distritos. Como foi dito anteriormente, este trabalho não pretende explicar as conjunturas que levaram o eleitor a votar de uma forma e não de outra. Portanto, podemos ter como certo que essa relação entre as duas geografias é, sim, um fator determinante para os resultados eleitorais no Reino Unido.

Imaginemos a seguinte situação: se dois partidos apenas disputam uma eleição distrital e o partido A recebe 51% dos votos enquanto o B recebe 49% dos votos válidos. Em qualquer contexto, essa diferença de votos representa uma diferença extremamente pequena e retrata uma sociedade politicamente dividida, sem predomínio de uma parte ou de outra. Imaginemos, porém, que essa diferença foi exatamente a mesma em todos os distritos. Dessa forma, o partido A ganharia pela diferença mínima em todos os distritos, controlando assim 100% do Parlamento. Claro que essa situação é um exagero, mas serve para ilustrar o problema da distribuição do eleitorado. Ser o segundo colocado ou ser o último é, neste sistema, a mesma coisa uma vez que a proporção de votos não é levada em conta.

O desenho e a definição dos distritos é, portanto, fundamental para o desempenho dos partidos. A linha imaginária que separa os distritos pode, eventualmente, separar eleitores que em um distrito teriam maior probabilidade de vitória e que divididos em dois não representam nenhuma ameaça aos partidos maiores.

Algumas considerações são necessárias, porém, para que algumas confusões não sejam feitas. Primeiramente é importante destacar que a Boundary Commission não é controlada por nenhum partido. Logo, qualquer problema que exista com os distritos não deve ser entendido como um favorecimento a um ou outro partido (TAYLOR, 1973), embora os partidos possam tomar atitudes com a tentativa de influenciar o desenho dos distritos, como veremos mais adiante o exemplo das eleições britânicas de 1997. Em segundo lugar, é importante destacar que ao longo do século XX, todos os partidos foram, em algum momento, favorecidos ou prejudicados pelo sistema distrital.

Na primeira metade do século as maiores vítimas foram os Trabalhistas. Em 1918, por exemplo, os Trabalhistas receberam cerca de 20% dos votos naquela que foi a primeira eleição após a expansão do sufrágio aos mais pobres e às mulheres. Contudo, o número de cadeiras conquistadas foi de 57, enquanto os Liberais conquistaram 127 recebendo apenas

12% dos votos. Vale ressaltar aqui que neste contexto as regras da divisão dos distritos ainda não eram como são hoje, uma vez que tais regras foram instituídas apenas em 1944. Mas ainda assim a comparação se justifica pois o sistema era distrital tal qual hoje, apenas com algumas diferenças. Os Liberais, como descrito anteriormente, foram prejudicados pelo sistema no último quarto do século XX e nas três primeiras eleições do século XXI, especialmente nas eleições de 1983. Já os Conservadores não tiveram os problemas que seus maiores oponentes tiveram ao longo do século XX a não ser em situações pontuais, como nas eleições de fevereiro de 1974, quando conquistaram menos cadeiras no Parlamento do que os Trabalhistas mesmo recebendo mais votos que os vencedores daquela eleição. Os Tories podem ser considerados a mais nova vítima dessa modalidade de sistema eleitoral, já que têm sofrido na tradução de votos em cadeiras desde as eleições de 1997 que conduziram Tony Blair ao gabinete de Primeiro Ministro.

Existem, na literatura recente, alguns estudos sobre a existência de um viés em favor dos Trabalhistas no sistema eleitoral como ele está posto atualmente, especialmente até 2005 (BORISYUK, 2010). De fato nas últimas eleições os Trabalhistas têm conseguido muito mais êxito na transformação de votos em cadeiras. Tal êxito pode ser medido no quanto “custou” cada parlamentar em votos, e recentemente os parlamentares trabalhistas têm sido eleitos com uma média menor de votos do que os parlamentares Conservadores e Liberais.

A tabela 1 abaixo traz uma média de quanto custou em número de votos cada cadeira conquistada no Parlamento pelos três maiores partidos. A diferença de votos entre os Trabalhistas e os Conservadores é de aproximadamente 13% a favor dos Trabalhistas. Apesar dessa quantia, a diferença no número de cadeiras é muito maior: os Trabalhistas conquistaram praticamente o dobro de cadeiras, configurando o que os ingleses costumam chamar de “landslide”, ou seja, uma vitória avassaladora em termos de número de cadeiras conquistadas. Os Liberais, mais uma vez, foram os que mais sofreram para conquistar cadeiras. A diferença no “custo” por cadeira em relação aos Trabalhistas é de quase quatro vezes mais. As eleições de 1997 são relevantes no contexto histórico britânico pois é a eleição que quebra a hegemonia Conservadora que durava desde o primeiro mandato Thatcher, que começara em 1979. A estratégia dos Trabalhistas foi fundamental para essa quebra e para essa eficiência na transformação de votos em cadeiras, e por isso essa eleição será tratada com mais atenção mais adiante ainda neste capítulo.

Tabela 2: relação votos por cadeira- 1997

Partido	Soma de votos	Nº de cadeiras	"Custo"
Trabalhista	11.350.000	328	34.600
Conservador	8.800.000	165	53.000
Lib-Dem	4.680.000	34	138.000

A tabela 2 segue a mesma linha da tabela 1 e mostra o “custo” médio em número de votos de cada cadeira conquistada pelos três principais partidos nas eleições de 2001. Nessas eleições, todos os partidos conseguiram melhorar sua eficiência em transformar votos em cadeiras, mas uma comparação entre as duas tabelas pode nos dar uma explicação que não credite essa melhora na eficiência às estratégias dos partidos. Note que os três principais partidos variaram muito pouco no número de cadeira conquistadas. Os Trabalhistas perderam apenas 5 cadeiras em relação ao mandato anterior, enquanto os Liberais conquistaram 6 cadeiras a mais. Os Conservadores repetiram o número de cadeiras do mandato anterior. Se olharmos a segunda coluna de ambas as tabelas, veremos que todos os partidos receberam uma votação menor do que em 1997. Na verdade, as eleições de 2001 tiveram um índice de abstenções bastante elevado: apenas 59% do eleitorado compareceu às urnas, o menor índice britânico no Pós-Guerra (DENVER, 2010). A melhora na eficiência dos partidos é, portanto, mais uma questão matemática (diminuição no dividendo e pouca alteração no divisor) do que uma questão de estratégia.

Ainda assim, é importante registrar que os Liberais foram os que mais melhoraram em relação ao período anterior, diminuindo o “custo” por cadeira em cerca de 24%, enquanto os Conservadores diminuíram o “custo” em torno de 12% e os Trabalhistas em torno de 14%. Ainda assim, essa melhora teve muito pouco efeito uma vez que a eficiência do partido Trabalhista continuou sendo muito superior à dos seus adversários.

Tabela 3: relação votos por cadeira - 2001

Partido	Soma de votos	Nº de cadeiras	"Custo"
Trabalhista	9.100.000	323	28.000
Conservador	7.700.000	165	46.700
Lib-Dem	4.250.000	40	106.000

A tabela 3 é referente às eleições de 2005. Novamente os partidos melhoraram sua eficiência. E novamente essa melhora foi influenciada por fatores externos aos próprios partidos. O índice de eleitores que compareceram às urnas novamente foi bastante baixo. Apenas 61% dos eleitores compareceram às urnas, índice pouco maior que os 59% das

eleições anteriores. Além disso, a soma dos demais partidos menores foi a maior do período Pós-Guerra, embora o crescimento em relação a 2001 tenha sido relativamente pequeno. Em 2001 a soma dos demais partidos chegou a 9.3% e em 2005 esse índice subiu em 1 ponto percentual.

Tabela 4: relação votos por cadeira em 2005

Partido	Soma de votos	Nº de cadeiras	"Custo"
Trabalhista	9.600.000	355	27.000
Conservador	8.800.000	198	45.000
Lib-Dem	6.000.000	62	97.000

Essa breve análise das três eleições anteriores à de 2010 é importante para entendermos a ideia de que no sistema eleitoral britânico atual existe um viés a favor dos Trabalhistas. Apesar de os Labours terem sido os mais votados nas três eleições destacadas, em momento algum a diferença de votos foi representada na diferença entre o número de cadeiras ocupadas pelos partidos no Parlamento. O “custo” médio de cada cadeira evidencia que de fato o sistema eleitoral favorece os Trabalhistas. Mas foi sempre assim? Existe algo de intencional na Boundary Commission ou esse viés é inerente ao sistema distrital majoritário simples? Como já foi dito anteriormente, a Boundary Commission nunca esteve sob o controle de qualquer partido desde que fora criada. Além disso, estudos comprovam que o viés sempre existiu, mas nem sempre ele foi favorável aos Labour (JOHNSTON ET ALL, 1998). Segundo este estudo, o viés existente era favorável aos Conservadores até meados da década de 70. Após isso, o viés passou a favorecer os Trabalhistas. Tendo clara a ideia de que o sistema eleitoral britânico é “inocently partisan” (TAYLOR, 1973 p.129), ou seja, favorece algum partido mas não de maneira premeditada, podemos assumir que o viés é gerado basicamente por três elementos: o tamanho dos distritos (em número de eleitores); a diferença na quantidade de votos necessários de distrito para distrito; e a variação na eficiência dos votos. Os dois primeiros elementos estão intimamente ligados e são de ordem geográfica. A distribuição do eleitorado entre os distritos é fundamental nesses termos. O terceiro elemento é de ordem estratégica e é reflexo do planejamento partidário para disputar as eleições.

Capítulo 5: Os três elementos e as eleições de 1997.

O viés no sistema eleitoral distrital majoritário simples de fato existe, como apontado anteriormente. Mas apesar do que a palavra possa sugerir, o viés no caso britânico, não é proposital. Os trabalhos da Boundary Commission sempre ocorreram de maneira independente sem qualquer tipo de influência interna no momento de tomada de decisões por parte da Comissão. Três elementos podem ser decisivos na questão do viés: o tamanho dos distritos (em número de eleitores); a diferença na quantidade de votos necessários de um distrito para outro; e a variação na eficiência de votos. O resultado final das eleições de 1997 foi tal a ponto de merecer nossa atenção especial por dois motivos. Primeiro pois foi o fim da hegemonia dos Conservadores que ocupavam o gabinete de Primeiro Ministro desde 1979. E, segundo, porque foram nessas eleições que os Trabalhistas melhor souberam aproveitar a questão do viés até então. Sendo assim, os três elementos que podem levar ao viés serão aqui tratados de acordo com a forma que eles influenciaram justamente nas eleições que levaram Tony Blair ao gabinete pela primeira vez.

5.1 VARIAÇÕES NOS TAMANHOS DOS DISTRITOS

Como dito anteriormente, o cálculo feito pela Boundary Commission leva em conta a população eleitoral total do Reino Unido e divide esse número pela quantidade de cadeiras disponíveis no Parlamento, definindo-se assim a quota eleitoral a ser utilizada nas revisões dos distritos. Apesar dessa operação matemática simples, a divisão dos distritos não é da mesma simplicidade. Existem alguns limites administrativos que não podem ser divididos entre dois distritos, além de fatores subjetivos que devem ser levados em conta, como os laços locais existentes dentro de uma determinada comunidade. O ideal é que esses laços sejam respeitados e façam parte de um mesmo distrito. Desta forma, a quota funciona mais como um parâmetro do que como um fator que determine de forma absoluta o tamanho dos distritos.

Nas eleições de 1997 a quota eleitoral era de 66.535. No entanto, a variação foi grande: as Ilhas Wight, por exemplo, foram definidas como um único distrito com 102.687 mil eleitores, bem acima da quota eleitoral. Por outro lado as “Western Isles” constituíram um distrito com pouco mais de vinte três mil eleitores. Esses foram, nas eleições de 1997, o maior

e o menor distrito. A diferença de ambos para a quota e de um para o outro são consideráveis e tem poder decisivo na contribuição do viés eleitoral. Um dos elementos que contribui para essa discrepância é a obrigatoriedade de um número mínimo de distritos, definido por lei, estar na Escócia e em Gales. Como a população inglesa cresceu mais rapidamente do que a população escocesa ou galesa, os distritos ingleses acabam tendo que abrigar um número maior de eleitores, gerando discrepâncias de representação entre os eleitores dos diferentes distritos (JOHNSTON, ET ALL 1998).

A principal dificuldade imposta pela questão do tamanho dos distritos é a diferença na quantidade de votos necessários para se eleger. Em distritos com mais eleitores, naturalmente mais votos são necessários para se eleger um parlamentar enquanto em distritos menores uma quantidade bem menor de votos pode definir o vencedor. Tal situação pode ser exemplificada usando os distritos citados acima como os dois extremos das eleições de 1997. Se simplificarmos a disputa eleitoral entre apenas dois partidos por distrito e fizermos a suposição extremamente otimista de um comparecimento de 100% dos eleitores às urnas em ambos os distritos temos o seguinte caso: Nas Ilhas Wight, o partido vencedor precisa receber 51.344 votos, ou seja, a metade do total do eleitorado mais um. No caso das “Western Isles” um candidato chega a vitória conquistando 11.647 votos seguindo a mesma lógica utilizada no exemplo anterior. Se isolarmos esses dois casos e considerarmos que um partido ganhou no maior distrito e o outro partido ganhou no menor, temos um empate em número de parlamentares eleitos, mas uma diferença bastante razoável de votos conquistados.

Além da diferença matemática, a divisão dos distritos remete diretamente a características sócio-políticas das regiões do Reino Unido. Taylor (1973) ao dizer que o sistema eleitoral britânico é “inocently partisan” disse também que após o término da divisão dos distritos, não só pode-se afirmar que de fato o sistema está enviesado como também é possível apontar de maneira prévia qual partido será mais beneficiado. Pesquisas que lidem com a difícil ciência da geografia do eleitorado podem apontar previsões bastante consistentes. Tudo por conta do desenho dos distritos. Ao fim do processo, a linha que separa dois distritos pode separar um eleitorado considerável de um distrito e transformá-lo em dois eleitorados pequenos para cada distrito. Retornemos ao exemplo das Ilhas Wight: em 1997, neste distrito, os Conservadores venceram com cerca de 48% dos votos, seguidos pelos Liberais com 29.5%. Os Trabalhistas ficaram apenas em terceiro lugar, com menos de 12.000 votos. Para prever qual partido seria mais beneficiado com a divisão das Ilhas Wight em dois distritos estudos estatísticos mais refinados seriam necessários. Mas apenas para ilustrarmos a

situação, podemos afirmar com certeza uma coisa: com doze mil eleitores, ao dividirmos o distrito em dois distritos de tamanhos próximos (cerca de 50.000 eleitores para cada), os Trabalhistas não se beneficiariam pois continuariam com um número bastante abaixo do necessário para vencer. Mesmo se os doze mil eleitores ficassem concentrados em apenas um dos distritos, dificilmente esse número seria suficiente para levar um partido a vitória em um distrito com cerca de 50.000 eleitores. Dessa forma, ou ambos os distritos seriam conquistados pelos Conservadores ou os Liberais conquistariam um desses distritos hipotéticos. De qualquer forma, os Trabalhistas seriam prejudicados pois veriam a bancada de ao menos um de seus rivais aumentar. Logo, continuando as Ilhas Wight como apenas um distrito, os Trabalhistas acabam sendo beneficiados, pois o eleitorado de seus rivais, em uma região de difícil acesso para os Trabalhistas, segue concentrado em apenas um distrito. São mais eleitores rivais dos Trabalhistas que ajudam a definir apenas uma cadeira, e não duas.

No caso dos distritos menores, a maioria deles faz parte das regiões de industrialização antiga, tradicionais redutos Trabalhistas. Essas regiões, devido ao processo de desindustrialização pelo qual passaram ao longo do século XX, viram sua população diminuir ao longo do tempo, o que deixou os distritos menores (com menos eleitores) uma vez que, graças aos critérios subjetivos citados anteriormente, foram raríssimos os casos de junção de dois distritos em apenas um. Dessa forma, os Trabalhistas foram privilegiados, pois regiões historicamente vinculadas ao partido continuavam divididas distritos menores. Logo, é uma quantidade não tão grande de eleitores Trabalhistas que tem o poder de eleger várias cadeiras (JOHNSTON ET ALL,1998).

As situação retratada nas tabelas acima é fruto dessa questão que envolve o tamanho dos distritos, dentre outras coisas. O “custo” de cada cadeira acaba sendo menor para o partido que consegue ter um melhor desempenho dentre os distritos menores. Mas não é apenas o tamanho dos distritos que vai definir o viés. É preciso considerar que o comparecimento às urnas nunca é de 100% e que existem outros fatores que subsidiam as escolhas dos eleitores. Por isso é importante tratarmos aqui sobre a diferença dos votos necessários para ser eleito

5.2. DIFERENÇA DA QUANTIDADE DE VOTOS EFETIVOS E A DIFERENÇA DE VOTOS NECESSÁRIOS ENTRE OS DISTRITOS.

Desde a década de 1960, raros são os distritos onde apenas dois partidos disputam as eleições. Nesse período 25% dos eleitores não compareceram às urnas, em média (JOHNSTON ET ALL, 1998). Ao fim das eleições gerais, temos uma média do comparecimento às urnas do país, mas nas realidades particulares esse número varia bastante. Em 1997 por exemplo, a média foi de 71% de comparecimento às urnas. Mas as realidades são distintas: em Liverpool Riverside o percentual de eleitores foi de 51.9% enquanto em Coline Valley foi de 87.6%. Segundo Johnston (1998), quanto menor for o índice de comparecimento às urnas, mais favorável a situação de *Tories* e *Labours*. A conta é simples: se em um distrito com 50 mil eleitores todos comparecerem às urnas em uma situação hipotética onde apenas Conservadores e Trabalhistas estejam disputando então são necessários 25.001 votos no mínimo para quem um partido vença o pleito. Se 10 mil não comparecem às urnas, então serão necessários 20.001 votos, diminuindo a margem mínima. Em uma situação real, onde mais de dois partidos disputam a situação é ainda melhor para os dois principais partidos, salvo nos casos onde algum desses partidos tenha reais chances de vencer. Isso ocorre devido ao fato de esses partidos não conseguirem uma votação expressiva na maioria dos distritos. Para melhor compreensão, basta aplicarmos o exemplo anterior. Se em um distrito com 50 mil eleitores, 10 mil não comparecem e mais 10 mil distribuem seus votos entre os partidos menores de forma que nenhum deles tenha chance real de ganhar, então sobram apenas 30 mil votos para serem disputados por Conservadores e Trabalhistas. A votação mínima para ser considerado vitorioso cai então para 15.001. Em um sistema majoritário simples, a presença de partidos menores pode ser muito útil para um ou para outro partido maior.

Em 1997 as abstenções favoreceram os Trabalhistas, uma vez que os maiores índices foram em regiões onde os Trabalhistas tem maior aproveitamento histórico (JOHNSTON, 1998). Isso porque a condição aos Trabalhistas nessas regiões é tão favorável que seus candidatos conseguiram se eleger sem receber quantidades significativas de votos. Outro indício de que os Trabalhistas têm tido mais sorte com o sistema jaz no fato de que na maioria dos distritos onde algum partido menor vence, os Conservadores estão em segundo lugar. Isso indica que os partidos menores têm crescido com mais força em redutos Conservadores e não em redutos Trabalhistas (JOHNSTON, 1998).

Este fator se relaciona intimamente com o terceiro fator, que seria a diferença de votos necessários entre os distritos. Dependendo da conjuntura política e social de um distrito (números de partidos que disputam a eleição, desempenho dos partidos menores, número de

abstenções e outros) a diferença no número de votos necessários pode variar muito entre os distritos, possibilitando que um partido seja eleito com uma determinada quantia de votos em um distrito e que essa mesma quantia não seja suficiente para eleger um candidato em outro partido. Novamente percebemos que não existe um viés proposital no sistema eleitoral inglês: enquanto até a década de 70 os Trabalhistas foram prejudicados por ganharem votos nos lugares errados, a partir dos anos 90 o partido liderado por Tony Blair se destaca justamente pela eficiência eleitoral, sendo esta a capacidade de conseguir mais cadeiras com menos votos.

Esses dados servem para ilustrar que na verdade existem votos que não exercem influência no resultado e os votos efetivos. Quem conseguir ter maior eficiência na votação, traz o sistema eleitoral para si. Nas eleições de 1997, como nas duas seguintes, quem conseguiu ser mais eficiente foram os Trabalhistas. Mas isso se deve mais a estratégias partidárias. As possibilidades estratégicas serão tratadas a seguir.

5.3. ESTRATÉGIAS TRABALHISTAS: BOUNDARY COMISSION E PLANEJAMENTO DE CAMPANHA NAS ELEIÇÕES DE 1997.

O sistema eleitoral nada mais é que um conjunto de regras que definem como serão disputadas as cadeiras disponíveis para os candidatos. É como se fosse um jogo, e em todo jogo é fundamental que os jogadores saibam jogar sob as regras. Em um sistema eleitoral proporcional como o brasileiro, temos visto recentemente o fenômeno dos puxadores de votos, personalidades que, devido à sua fama, conquistam uma votação expressiva e engordam a quantidade de votos da legenda, possibilitando ao partido a conquista de mais cadeiras. Trata-se de uma leitura muito bem feita da regra para se tirar proveito dela sem desrespeitá-la.

Naturalmente não são apenas os partidos brasileiros que procuram analisar as regras para poder executar suas táticas de jogo da melhor forma. No caso britânico isso também ocorre. O sistema distrital é bem diferente do nosso sistema proporcional, por isso as táticas também o são. Dentre tantas diferenças existentes entre ambas as realidades, é importante destacarmos aqui dois fatos inerentes ao sistema eleitoral inglês: primeiramente o fato de existir uma comissão que redefine periodicamente o desenho dos distritos eleitorais e o fato de apenas o candidato mais bem votado dentro de cada distrito ser eleito.

A Boundary Commission realiza uma revisão dos distritos periodicamente. Atualmente, esse período é de não menos que oito e não mais do que doze anos entre uma revisão e outra. As Comissões devem realizar seus trabalhos e definir os novos limites dos distritos, levando em conta fatores concretos (quota eleitoral) e fatores abstratos (laços locais e histórias regionais). Após realizarem seus trabalhos, a comissão deve apresentar seus resultados para a comunidade, que pode interferir de duas formas: governos locais tem a prerrogativa de fazer pedidos de mudanças, assim como a própria sociedade civil tem autonomia desde que apresente uma reclamação por escrito à Comissão com a assinatura de mais de 100 eleitores. Caso uma dessas duas situações se concretize, a Comissão deverá convocar audiências públicas para debater a situação e tomar novas medidas com a participação do eleitorado.

Segundo Johnston (1998) desde que a Boundary Commission foi criada ela tende a favorecer os Conservadores, pois aumenta o número de cadeiras em áreas de urbanização recente (redutos conservadores) e diminui o número de cadeiras em áreas de industrialização antiga (redutos Trabalhistas). Após o período Thatcher, os Trabalhistas passaram a se organizar melhor para enfrentar essa regra do jogo na tentativa de otimizar suas possibilidades no jogo político. Na revisão distrital de 1991 o partido fez inúmeras interpelações nas Comissões, seja através de governos Trabalhistas locais ou de cidadãos vinculados ao partido que se organizaram para recolher assinaturas para apresentar reclamações formais. Como a Comissão nunca leva em conta os interesses e as consequências para os partidos, os argumentos deveriam ser de outra ordem. Com situação mais favorável, Conservadores deram pouca atenção às possibilidades de intervir no trabalho da Comissão. Com menos recursos, os Liberais conseguiram fazer muito pouco. Os Trabalhistas não apenas se mobilizaram para intervir na Comissão, mas estudaram todas as possibilidades para saber exatamente o que pedir e onde pedir para poder aumentar efetivamente sua votação. Segundo Johnston (1998) as eleições de 1992 já teriam sido diferentes se o novo desenho distrital já tivesse sido aplicado naquelas eleições¹⁸. Com a mesma percentagem de voto, Conservadores teriam vencido as eleições do mesmo jeito, mas os Trabalhistas teriam ganho dez cadeiras a mais do que ganharam. Essa situação indica que a partir da leitura correta das regras do jogo pode-se interferir a ponto de influenciar no resultado. A questão dos distritos tem peso definitivo nos resultados das eleições daquele país e parecem estar bem acima de quaisquer outros fatores.

¹⁸ Apesar da Comissão ter realizado seus trabalhos em 1991, o resultado final só fora aplicado nas eleições de 1997. O mesmo aconteceu na revisão seguinte, quando os trabalhos foram concluídos antes das eleições de 2005 mas só foram aplicados nas eleições de 2010.

Outro elemento citado foi a questão de que em um sistema distrital apenas um candidato é eleito por distrito sem a necessidade de receber a maioria absoluta dos votos. Devido a isso, os partidos encaram os distritos de três maneiras diferentes: aqueles que eles já tem e precisam manter, os que eles não tem mas tem possibilidade de vencer e aqueles que uma vitória é improvável. Dessa forma, os recursos de campanha são alocados de forma estratégica. No caso dos distritos onde uma vitória é improvável, por exemplo, a tendência é que o partido gaste muito pouco para que não haja desperdício de recursos.

A votação também pode ser definida de três formas, segundo Johnston (1998): votação eficiente, votação *surplus* ou votação *waste*. A votação eficiente é aquela na qual o candidato do partido é eleito por uma diferença pequena de votos em relação ao segundo colocado. Trata-se de fazer o mínimo para vencer dentro daquele distrito. A votação eficiente é o alvo de todos os partidos. A votação “*surplus*” é a votação na qual o partido recebe uma porcentagem de votos muito maior do que o segundo colocado. Essa votação representa a vitória do candidato no distrito e nada mais. Toda a margem favorável no percentual de votos não representa absolutamente nada para o partido vencedor. É um excesso de votos que não traz nenhum ganho a mais. Ganhar por um ponto percentual ou ganhar por vinte pontos é exatamente a mesma coisa. E, por fim, a votação “*waste*” é a votação na qual o partido perde as eleições do distrito mas recebe uma quantidade razoável de votos. Assim como no caso anterior, essa quantidade de votos não significa nada uma vez que o que realmente importa é ser mais votado que seu concorrente dentro do distrito. A lógica do exemplo anterior é a mesma, porém ao contrário: perder por um ponto percentual ou perder por vinte pontos representa a mesma coisa. Perder com uma votação boa representa desperdiçar votos.

Nas eleições de 1997, essas questões foram levadas em conta pelos Trabalhistas. O objetivo do partido, naturalmente, era manter as cadeiras que eles já possuíam e conquistar novos distritos para, então, serem maioria no Parlamento. Por isso a campanha eleitoral deve ser muito bem arquitetada, uma vez que existem situações distintas em cada distrito (JOHNSTON, 1998). Os distritos nos quais o partido não possuía qualquer chance de vitória foram praticamente abandonados, já que qualquer esforço resultaria apenas em uma votação do tipo “*waste*”, ou seja, uma votação insuficiente para se eleger um MP. Da mesma forma, os distritos nos quais não havia nenhuma grande ameaça à hegemonia do partido também não receberam maiores atenções. O objetivo do partido aqui era evitar a votação do tipo “*surplus*”. Vale ressaltar aqui que receber uma votação do tipo “*surplus*” não se configura exatamente como um problema. O “problema” na realidade é o esforço feito e os recursos utilizados em

cada distrito. Em outras palavras, gastar uma grande quantidade de recursos em distritos onde a vitória é praticamente certa é um problema grave, uma vez que estes recursos farão falta em algum outro distrito onde ele seria mais útil. O foco dos Trabalhistas nessas eleições foi a votação do tipo eficiente: o importante era ganhar nos distritos, mesmo que fosse por apenas um voto. Enquanto isso os Conservadores foram ágeis em organizar uma rede forte de voluntários para ajudar na campanha dentro daqueles distritos nos quais sua vitória era praticamente certa, o que acaba sendo um desperdício de recursos.

A saída encontrada pelos Trabalhistas em 1997 foi, então, disponibilizar mais recursos para as campanhas dos distritos nos quais o partido tinha mais chance de ganhar ou para os distritos onde a ameaça de perder a cadeira era real. Dessa forma o resultado foi tal que o número de votos conquistados não representou a distância entre Trabalhistas e Conservadores no Parlamento. Com uma diferença de cerca de 13 pontos percentuais no número de votos nominais, os Trabalhistas conseguiram mais que o dobro de cadeiras em relação aos Conservadores. Essa tendência se repetiu nas duas eleições seguintes vencidas pelos Trabalhistas.

Esta seção do texto tem por objetivo identificar o principal elemento a ser considerado na hora de se fazer qualquer análise sobre alguma eleição ocorrida no Reino Unido (e em qualquer sistema que adote o mesmo sistema de governo e eleitoral utilizados no Reino Unido): a questão distrital. Nenhum outro elemento possui tanto peso quanto este e todos os outros são intimamente ligados a essa questão. A campanha, a escolha da liderança partidária e mesmo os debates, como foi em 2010, são fatores importantes sem dúvida alguma, mas a questão distrital tem precedência, pois é ela quem determina as regras do jogo e fornece os cenários que serão levados em conta na hora de traçar estratégias. Atribuir o resultado a qualquer outro elemento é esvaziar a análise. Da mesma forma, as eleições de 2010 não podem ser explicadas através do debate, mas sim de uma nova reconfiguração dos distritos como veremos adiante. Apesar disso, é importante entendermos o contexto das eleições de 2010 e o papel que os debates exerceram naquele ano.

5.4. ELEIÇÕES 2010

Em 1960, ocorreu nos Estados Unidos um evento que ficou conhecido como “O Grande Debate”. Nixon e Kennedy se enfrentaram naquele que seria o primeiro debate entre

presidenciáveis a ser televisionado. As consequências desse debate são até hoje discutidas. Druckman (2003) conduziu um experimento com jovens universitários que possuísem nenhum ou pouco conhecimento sobre os efeitos que aquele debate tiveram no contexto em que foram realizados. Nesse experimento, dois grupos de jovens eram separados e expostos ao debate, sendo que um grupo era exposto apenas ao áudio, enquanto o outro era exposto ao debate televisivo. Após os estudantes responderem um questionário, Druckman concluiu que, de fato, os estudantes expostos ao debate televisionado tendiam a declarar John Kennedy vencedor, apoiado em critérios como empatia, enquanto os jovens expostos ao áudio tendiam a favor de Nixon, e o critério utilizado aqui era o quanto eles, ouvintes, concordavam com o que Nixon dizia.

Esse acontecimento alterou a dinâmica dos processos eleitorais para sempre por ter acrescentado um ingrediente poderoso às já acaloradas campanhas eleitorais: o debate televisivo. A partir desse momento, diversos lugares no mundo passaram a adotar a prática do debate televisionado e houve um processo de intensificação no uso da televisão como instrumento de campanha. Ainda na década de 60 nascia a tradição sueca de realizar um debate entre líderes partidários faltando apenas dois dias para as eleições acontecerem. Pouco mais tarde, em 1974 a sociedade francesa passou a assistir debates, sempre entre os candidatos que chegavam ao segundo turno. Dentre os membros da União Europeia, apenas a Itália segue sem ter realizado sequer um debate televisionado em toda sua história política. Atualmente, a realização de debates tornou-se inclusive um fator que confere legitimidade a qualquer processo democrático, apesar do evidente exagero por trás dessa afirmação.

No Reino Unido, porém, a história foi diferente. Em 1939, a emissora BBC adotou a política de não noticiar nada sobre o processo eleitoral a não ser a data das eleições e seus resultados finais. Essa política vigorou por 20 anos, demonstrando a percepção negativa entre os ingleses em misturar política com televisão. Outro indício dessa dificuldade é que mesmo nos tempos atuais, ainda não agrada à opinião pública britânica a ideia de um partido pagar para ter horários disponíveis na televisão (COLEMAN, 1998).

Mesmo assim, no final dos anos 50 essa realidade começou a mudar. Outras emissoras no Reino Unido ganharam força na competição com a BBC, até então predominante, e cresceu consideravelmente o número de eleitores com um televisor em casa. Dessa forma, em 1959 ocorreram as primeiras eleições televisionadas do Reino Unido, levando a própria BBC a abandonar sua política de não cobertura.

Assinalo aqui a discrepância entre Reino Unido e Estados Unidos nesse ponto. A comparação se justifica por serem ambos os países considerados os modelos democráticos mais aperfeiçoados dentro de seus respectivos sistemas políticos, parlamentarismo e presidencialismo. Praticamente ao mesmo tempo, os Estados Unidos realizavam um dos maiores debates políticos já televisionados, enquanto o Reino Unido apenas começava a cobrir as eleições na televisão.

A partir desse fato, porém, o Reino Unido passou a seguir as tendências mundiais na política, e frequentemente meios de comunicação associam personalidades políticas a pacotes que incluem propostas e ideologias, caindo eventualmente em simplificações equivocadas ao noticiar propostas ou mesmo acontecimentos envolvendo políticos.

Em 1964 o primeiro passo foi dado para a realização de debates no país. A BBC propôs a realização de um debate entre Douglas Home - Conservador e então Premiê - e Harold Wilson, líder do Partido Trabalhista, que venceu os Conservadores nessas eleições embora o referido debate não tenha ocorrido porque que os consultores políticos dos Conservadores julgaram que sua participação no debate seria um risco demasiado grande para se correr.

É interessante apontar que a inclusão da nova regra – debate televisionado – foi vista como um risco para o partido no governo que diante da incerteza quanto aos seus impactos na opinião pública e na definição da posição dos eleitores optou por não aceitar a mudança. A recusa dos Conservadores não é uma expressão de um comportamento natural atribuído a um grupo, mas de uma reação esperada de quem detém o poder porque nas eleições seguintes essa mesma atitude foi adotada pelos Trabalhistas: em 1966 e novamente em 1974, o novo líder dos Tories - Edward Heath- propôs ao então Primeiro-ministro trabalhista - Harold Wilson - a realização de debates. Dessa vez, foi Harold Wilson quem se negou a debater propostas em rede televisiva.

A tendência para a realização de debates seguiu aumentando, embora paulatinamente. Quando o líder trabalhista James Callaghan foi obrigado a convocar eleições após perder a confiança do Parlamento, desafiou a líder Conservadora Margareth Thatcher para um debate antes das eleições gerais de 1979. Thatcher recusou o convite se utilizando de uma frase bastante interessante: “nós não estamos elegendo um presidente”.

Essa frase resume bem as opiniões que são contrárias à realização de debates no Reino Unido, uma vez que os líderes partidários, que assumem o gabinete caso seu partido forme a maioria da Casa dos Comuns, são figuras conhecidas nacionalmente e dependentes do partido. Não existe, como nos países presidencialistas, a possibilidade do chefe do executivo ser eleito mesmo com seu partido tendo um desempenho fraco.

Se uma nova comparação for feita com os Estados Unidos, percebe-se uma realidade diferente. Neste caso os candidatos são mais fortes e mais conhecidos em seus estados de origem e são apresentados à nação poucos meses antes do início oficial das campanhas. Nesse contexto, a realização de debates televisionados torna-se mais justificável justamente por ser um espaço para apresentar os nomes e as pessoas aos eleitores, diferentemente da realidade britânica.

Outros resistem aos debates apenas por acreditarem que eles podem enfraquecer a democracia caso os debatedores preocupem-se mais em atacar uns aos outros do que debater ideias e propostas. Segundo Sartori (2001), a televisão acaba personalizando a política em detrimento do debate político-ideológico, uma vez que a imagem (neste caso o líder político) torna-se a mensagem, em detrimento do conteúdo. A política resumir-se-ia a uma questão de carisma visual, enquanto os programas partidários são deixados de lado.

No entanto, o próprio Sartori reconhece nesse trabalho que essa influência televisiva está relacionada às regras do sistema eleitoral e sistema partidário, que são variáveis importantes na personalização da política, assim como o modelo do sistema político. Como a própria Thatcher apontou, sistemas presidencialistas com eleição direta para presidente favorecem a personalização e demandam esses mecanismos de difusão de imagem, como a televisão

Por outro lado, os debates podem atrair o eleitorado, informá-lo e favorecer o processo democrático, quando bem conduzidos. Isso atenderia aos pressupostos das teorias democráticas que ressaltam a necessidade de maior publicização das informações e propostas como mecanismo de aprimoramento das escolhas. O debate torna-se um instrumento importante para a apresentação de propostas e a contestação do governo por parte da oposição, e a televisão como o principal meio de comunicação e divulgação dessas informações.

Após novas tentativas frustradas durante a década de 90, em 2010, pela primeira vez na história das eleições do Reino Unido houve a realização de debates televisionados entre os líderes dos principais partidos britânicos. Tais eleições ocorreram após o Primeiro Ministro Gordon Brown, com sua imagem prejudicada perante a opinião pública e o próprio Parlamento, dissolver a composição da Casa (com a autorização da Rainha, como manda a tradição) em seis de abril daquele ano.

5.5. O DEBATE

No começo de 2010 jornalistas, profissionais da política e produtores televisivos se reuniram e definiram o modelo dos debates. Os partidos também participaram dessa construção, avalizando o projeto. As regras eram simples e fortemente baseadas no modelo norte americano. Ficou acordado que os líderes dos partidos teriam um minuto cada um para as considerações iniciais, e mais um minuto ao término para as considerações finais.

Os debates foram divididos por temas: o primeiro debate foi a respeito das políticas domésticas, enquanto o segundo tratava de relações externas e o terceiro de questões econômicas. A atuação da emissora que transmitiu o debate também foi regrada, sendo proibidas a ela algumas atitudes, como mostrar as reações do público presente imediatamente após qualquer declaração feita por qualquer um dos debatedores, além de proibir o mediador de incluir novos elementos nas perguntas enviadas pelo público, que seriam pré-selecionadas e avaliadas pelas equipes dos três partidos que participavam do debate.

O alcance do debate foi grandioso, especialmente no primeiro da série de três. Cerca de nove milhões de telespectadores acompanharam o desempenho dos três líderes de partido. Naquela semana, o debate só perdeu, em audiência para o programa de entretenimento “Britain’s Got Talent”, uma espécie de show de calouros que faz muito sucesso no mundo inteiro.

Esse número de expectadores caiu para perto de quatro milhões no segundo debate, e subiu novamente para perto de sete milhões no terceiro e último debate. Os debates contribuíram, inclusive, para o aumento de audiência de programas que tinham como foco as eleições. A audiência televisiva sugere que o debate chamou a atenção mais pelos temas

abordados do que por ser uma novidade para os britânicos. Isso explica a queda na audiência do segundo debate, quando foram tratados assuntos referentes à política externa do país.

Em meados do século XX, Gabriel Almond (1950) chamou a atenção para o baixo interesse na sociedade em relação à política externa do governo. O público geral normalmente é alheio às questões de relações internacionais, a não ser nos momentos que estas ganham maior espaço nos meios de comunicação, como no caso de guerras e conflitos, ou quando suas consequências atingem a vida cotidiana do cidadão comum. Ou seja, a maioria da sociedade não se interessa pelos temas relativos à política externa, a não ser quando estes passam a ter implicações diretas em sua vida. Estaria aí uma explicação para a queda na audiência do segundo debate.

Todavia, a medição da audiência televisiva não pode ser levada em conta de maneira isolada nos dias atuais. Chadwick (2010) se apoia em estudos prévios que alegam que apenas três celebridades podem atingir, com seus comentários no Twitter, um número de usuários estimado em três milhões. Não foi pequeno o número de jornalistas, analistas políticos e mesmo artistas que usaram do microblog para tecerem comentários sobre o que acontecia no debate de forma instantânea, ou seja, enquanto o debate ainda estava acontecendo. Dessa forma, mesmo com a queda da audiência na televisão, o debate entre as lideranças partidárias trouxe diferentes efeitos à forma de cobertura por parte dos canais de comunicação, o que não representa dizer que trouxe efeitos relevantes aos resultados finais, como veremos mais adiante.

O principal efeito do debate no noticiário político foi a cobertura repleta de especialistas em linguagem corporal em detrimento dos temas, das cartilhas e das respostas em si. Em muitos programas que trataram dos debates o que estava no centro das análises não eram o conteúdo das respostas, mas sim a forma que elas foram dadas. Um programa no Canal 4, intitulado “Britain’s next boss”, convidou um empresário, um consultor político e um psicólogo especializado em mundo corporativo para analisar o lado abstrato do debate. Segundo a apresentadora, o programa não se apegaria às propostas políticas ou ideologias, e se concentraria nos trechos de áudios e de imagens para que os especialistas fizessem seus comentários a respeito de qual dos líderes teria o melhor perfil para ser o próximo chefe de gabinete, independente de suas propostas. Esse programa foi ao ar às sextas feiras, ou seja, sempre um dia após cada debate (CHADWICK, 2010).

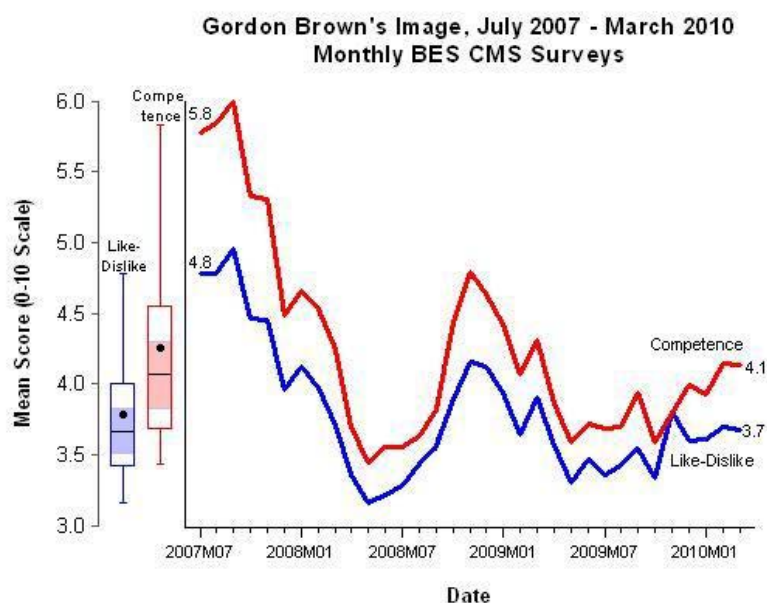
Outro efeito interessante foi a personalização da campanha graças à realização dos debates. O lado humano dos candidatos passou a ser mais exposto e não eram raras as aparições dos líderes de partido ao lado de suas esposas, filhos e familiares. Não que isso fosse uma novidade, mas a frequência desse tipo de aparição aumentou consideravelmente se compararmos com outras eleições (WRING; WARD, 2010). Também não foram poucas as entrevistas dadas pelas esposas dos líderes dos três principais partidos, sempre com o intuito de realçar as qualidades como chefe de família e pai de seus maridos.

As eleições de 2010 seriam as primeiras eleições que Brown, Cameron e Clegg encarariam como líderes de partido. Brown chegara ao gabinete substituindo Tony Blair na liderança do Partido Trabalhista e assumira, automaticamente, a função de primeiro ministro. Apesar do desgaste dos Trabalhistas perante a opinião pública, nesse momento o apoio ao partido voltou a crescer, como já foi apontado anteriormente. Em 2005 David Cameron chegou ao posto de líder do Partido Conservador e Nick Clegg foi escolhido como líder dos Liberais Democratas no último mês de 2007. Nesse contexto, o debate seria uma excelente oportunidade para que eles chegassem ao público com suas ideias e propostas.

Gordon Brown certamente tinha a missão mais complicada dentre os três líderes participantes do debate. Pode-se especular sobre a real habilidade do então primeiro ministro para lidar com as câmeras e se fazer atraente para o eleitorado que o assistia. Porém, dentre tantas especulações, existe apenas uma certeza: a imagem de Gordon Brown já estava abalada muito antes da realização dos debates. O desgaste dos Trabalhistas, na verdade, perante a opinião pública já era sentido desde a invasão ao Iraque e se intensificou muito com a crise econômica de 2008 e o mau desempenho do partido em controlá-la.

O gráfico abaixo acompanha a opinião pública entre 2007 e 2010 a respeito da competência (linha vermelha) de Brown, e de quanto o público gosta ou não dele (linha azul). Ambas as linhas sofrem brutas quedas em relação ao começo do mandato.

Gráfico 10. Nível de satisfação da opinião pública com Gordon Brown



Fonte: <http://www.bes2009-10.org/>

É natural que um governante com a credibilidade abalada tenha maior dificuldade em agradar o público, já descontente com o candidato antes mesmo de a campanha começar. Da mesma forma que um mau governo propicia à oposição a possibilidade de ataques mais pesados ao debatedor que faz ou fez parte do governo em questão. Dessa forma, parece um exagero dizer que apenas o debate foi responsável pela derrota dos Trabalhistas.

David Cameron por sua vez se encontrava na situação de líder do maior partido de oposição. Pode-se assumir que o papel da oposição de um governo mal avaliado é sempre mais confortável. Dessa forma, Cameron tinha apenas que conduzir seus posicionamentos de forma a realçar todos os problemas da gestão de Brown. Como já citado anteriormente, assim que Cameron assumiu a liderança dos Conservadores, este viu seu apoio crescer paulatinamente perante a opinião pública.

Nick Clegg, no entanto, vivia uma situação ambígua. Enquanto líder do menor dentre os principais partidos ingleses, sua situação eleitoral era bastante complicada, uma vez que dificilmente seu partido conseguiria atingir maioria para colocá-lo no gabinete. Por outro lado, sua situação era a mais confortável no debate, por dois fatores especialmente: em

primeiro lugar, Clegg estava no debate como líder de um partido que nunca chegou ao poder e debateria contra um líder em processo de decadência e outro que era líder de um partido que já governara o Reino Unido no passado por diversas vezes.

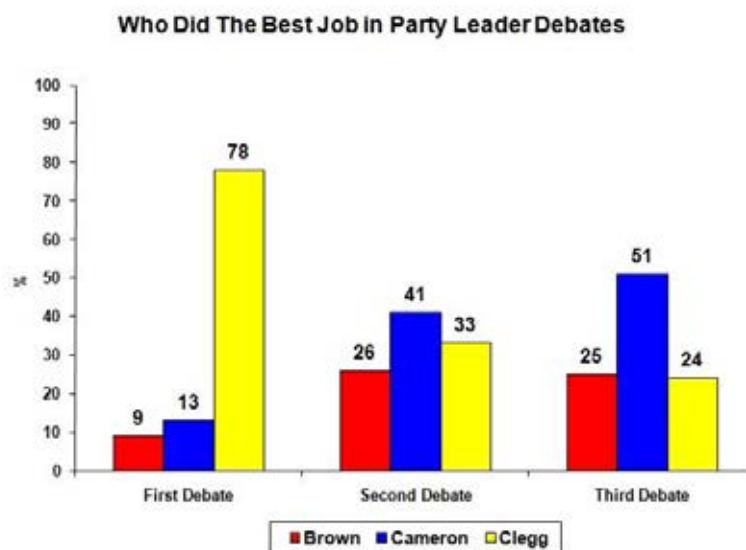
Dessa forma, pode-se assumir que as críticas à Clegg seriam muito menores, justamente por ele nunca ter ocupado o gabinete. Em seu discurso de abertura, Clegg referiu-se aos seus oponentes como “*these two*” (esses dois) numa tentativa de dizer ao público que Conservadores ou Trabalhistas no fundo eram a mesma coisa. “The more they attack each other, the more they sound the same” disse Clegg durante o debate.

Em segundo lugar, as pesquisas anteriores ao debate apontavam que não haveria maioria absoluta ao fim do processo eleitoral. Dessa forma, seria necessária a formação de uma coligação para que houvesse maioria, e essa coligação passaria invariavelmente pelos Liberais Democratas, ou seja, Conservadores e Trabalhistas já imaginavam que precisariam dos Liberais Democratas para conquistar maioria e, assim, eleger o primeiro ministro. Essa situação levou tanto Cameron quanto Brown a amenizarem seus questionamentos e mesmo suas respostas ao dirigirem-se a Clegg.

Cameron oferecia a Clegg a oportunidade de atacar os Trabalhistas com suas perguntas, em vez de fazer com que Clegg expusesse efetivamente sua visão e suas opiniões. Brown, por sua vez, usara com tanta frequência a frase “*I agree with Nick*” (eu concordo com Nick) que essa frase acabara tornando-se um slogan de Nick Clegg. A repercussão dessa frase foi tanta, que camisetas com os dizeres “*I agree with Nick*” foram colocadas à venda em sites especializados em vendas de roupas personalizadas, montagens utilizando a frase, inclusive com personalidades mortas como Albert Einstein, apareceram nas redes sociais e cartazes com os dizeres se tornaram comuns nas manifestações de apoio ao partido.

A atitude dos líderes dos maiores partidos presentes no debate teve um objetivo claro: agradar Nick e seus eleitores na tentativa de conquistar seu apoio caso a possibilidade de *Hung Parliament* se confirmasse. O resultado dessa estratégia foi a vitória de Nick Clegg segundo diversos institutos de pesquisa. Abaixo o gráfico com o desempenho dos candidatos segundo o BES.

Gráfico 11. Desempenho dos candidatos – debate de 2010



Clegg foi muito bem avaliado pelo público no primeiro debate e, apesar da queda nos debates seguintes, atingiu uma média maior de aprovação do que os demais candidatos, se levarmos em conta os resultados das pesquisas para os três debates de maneira conjunta.. Na mesma pesquisa foi constatado que a intenção de mudar o voto de um dos demais partidos para o Partido Liberal Democrata foi relativamente grande: 23% dos entrevistados admitiram essa possibilidade. O Times Populos, instituto de pesquisa inglês, apontou vitória de Clegg para mais de 60% dos telespectadores entrevistados, enquanto a ICM divulgou que 51% dos consideraram Clegg o vitorioso naquela noite.

O bom desempenho de Nick Clegg reverberou na imprensa e nas redes sociais. A televisão foi, sem dúvida, fundamental para o aumento da exposição de Clegg e, consequentemente, dos Liberais Democratas. Por outro lado, a internet também teve sua importância por diversos fatores. O principal deles talvez tenha sido o sucesso que Clegg fez com os eleitores mais jovens, normalmente maioria entre os usuários de redes sociais e mais difíceis de atingir com propagandas políticas tradicionais.

A interatividade em tempo real foi muito utilizada pelos meios midiáticos tradicionais: programas televisivos se apoiavam em pesquisas instantâneas feitas on line ou em comentários feitos por telespectadores através do twitter. No facebook foi criado um grupo que supostamente reuniria apoiadores dos Liberais Democratas: o grupo intitulado “we got

rage against the machine to#1” e criado no dia 13 de abril de 2010, dois dias antes do primeiro da série de três debates.

Após o primeiro debate o grupo atingiu a marca de cem mil membros rapidamente. Após a divulgação das primeiras pesquisas apontando Clegg como vencedor do debate, o grupo subiu de cem para cento e sessenta e cinco mil membros. Começava dessa forma o que ficou conhecido como “Cleggmania”.

Por outro lado essa exposição teve suas consequências negativas. Os jornais mais tradicionais ingleses costumam manifestar suas preferências políticas. Nas eleições que levaram Tony Blair ao gabinete, os Trabalhistas contaram com o apoio de boa parte da imprensa (WRING, WARD, 2010) e o mesmo se repetiu nas demais eleições, porém em 2010 o quadro mudou. O único jornal de maior circulação que seguiu sendo pró-Trabalhista era o “The Mirror”. Esse jornal era de menor circulação se comparado com os demais.

O “The Sun”, tradicional apoiador dos Trabalhistas, anunciou que apoiaria os Conservadores em uma conferência do partido em 2009, porém já havia se tornado um forte crítico de Brown muito antes. Os jornais “Times” e “Financial Times” declararam seu apoio aos Conservadores. Se por um lado a “Cleggmania” aumentou a exposição do partido e de seu líder e fez com que os jornais “The Independent” e “The Guardian” declarassem seu apoio aos Liberais Democratas, por outro tornou-os (especialmente Clegg) alvos dos principais jornais Conservadores.

A terceira semana de campanha, a semana do segundo debate, foi especialmente dura com Nick Clegg. No dia anterior ao segundo debate, o “Daily Telegraph” publicou que Clegg teria recebido doações para campanha irregulares em sua própria conta pessoal. Essa afirmação torna-se ainda mais grave se levarmos em conta que ainda era recente na memória dos eleitores os escândalos, envolvendo vários parlamentares, relativos a excesso de gastos com verbas oficiais também revelado pelos “Telegraph” menos de um ano antes das eleições.

No mesmo dia o jornal “Daily Mail” também trazia Clegg na capa, porém com uma manchete muito mais negativa: “Clegg’s Nazi slur on Britain”, que pode ser traduzida como “O insulto nazista de Clegg à Grã Bretanha”. Quando fora membro inglês do Parlamento Europeu, no começo do século XXI, Clegg escreveu um artigo para o jornal “The Guardian” que dizia que a Alemanha teria saído em uma condição mais favorável da Segunda Guerra do que a Inglaterra. Clegg, em seu artigo, relembra um episódio da sua infância em que seus

colegas de escola faziam piadas com os intercambistas alemães sobre o fato de o Reino Unido ter vencido a Alemanha. O então Parlamentar Europeu seguiu relatando o quanto esse tipo de comportamento é comum no Reino Unido nas escolas, nas empresas e nos programas de humor. Talvez o erro de Clegg tenha sido concluir seu artigo dizendo que esse comportamento era reflexo de uma certa “inveja” por parte dos britânicos que viram a Alemanha crescer e prosperar em todos os sentidos, especialmente na economia, enquanto o Reino Unido patinava.

Essa conclusão pode ter ofendido alguns leitores, mas nem de longe se enquadra como um “insulto nazista”. Na mesma reportagem, o jornal lembrava o fato de Clegg ser casado com uma espanhola, ter um sogro russo além de ser filho de uma alemã. O ataque a Nick Clegg fora tão pesado por parte da imprensa Conservadora que inclusive Peter Mandelson, chefe de campanha do Partido Trabalhista, saiu em defesa do líder dos Liberais Democratas dizendo que aquilo fazia parte de uma manobra do Partido Conservador. Como podemos ver na figura anterior, a avaliação sobre o desempenho de Clegg nos debates seguintes foi bem pior.

De toda forma, a média da avaliação do desempenho de Clegg foi muito superior do que a de seus adversários, porém o resultado final de seu partido foi frustrante. Apesar das pesquisas mostrarem que os Liberais Democratas tinha chances reais de chegar ao gabinete, o desempenho final foi baixo, chegando a ser pior do que nas eleições anteriores. Os Liberais Democratas conseguiram apenas 57 cadeiras no Parlamento, enquanto em 2005, sem debate e liderados por Charles Kennedy, haviam conquistado 62 cadeiras. Esse número não só é pequeno em termos de conquistas, como representa uma queda em relação à legislatura anterior.

O sistema eleitoral britânico pode ser alvo de críticas especialmente por falhar ao transformar votos em cadeiras, mas ainda assim o desempenho dos Liberais foi pouco alterado também nesse quesito: enquanto em 2005 eles conquistaram 22.6% dos votos individuais no país, em 2010 esse número cresceu em apenas 1%, certamente um aumento pouco expressivo perto das expectativas geradas pelas pesquisas realizadas após cada debate.

Na verdade, os debates não alteraram significativamente o comportamento eleitoral: a queda do governo trabalhista resultou de uma tendência anterior de desgaste do partido por conta de seu fraco desempenho, especialmente no período de crise financeira vivido no mundo em 2008.

Do mesmo modo, o bom desempenho nos debates de Clegg não representou mudança positiva nas votações dos Liberais, que viram sua participação numérica no Parlamento diminuir; e a ascensão dos Conservadores sem uma maioria suficiente para governar sozinhos indicou que o desgaste sofrido pelos Labours não foi suficientemente amplo para garantir um amplo apoio à oposição. Nick Clegg chegou ao posto de Vice Premiê após as negociações que levaram David Cameron ao posto de primeiro ministro, o que é visto como uma vitória pelos Liberais Democratas. Apesar disso, pode-se afirmar que essa vitória se deve mais à diferença estreita entre os Conservadores e os Trabalhistas do que a um crescimento efetivo do partido. Nesses termos, pode-se concluir que a realização dos debates foi um fator novo na vida política britânica, contudo seus efeitos práticos não foram sentidos no resultado final das eleições.

Considerações Finais.

Ao longo de todo o trabalho, procurei apresentar o sistema político britânico e todas as suas problemáticas. O histórico se fez necessário para que o leitor se situasse dentro da realidade política britânica de forma mais abrangente. Serviu também para demonstrar que, na realidade, o Parlamento britânico surge como uma forma de representar os interesses da nobreza, mas que com o passar dos séculos foi se tornando uma casa cada vez mais democrática.

Um elemento que chamou a atenção durante o pleito de 2010 foi a realização do debate eleitoral televisionado. Pela primeira vez na história do Reino Unido os líderes dos três principais partidos do país se encontraram para debater temas de governo. O desempenho de Nick Clegg foi o grande assunto, especialmente no intervalo entre o primeiro e o segundo debate. O público aceitou muito bem Clegg, que possuía em seu favor o fato de que seu partido não ocupa o governo desde o início do século XX. Dessa forma, Clegg podia criticar tanto Trabalhistas quanto Conservadores.

Nas pesquisas de opinião de diferentes institutos, Clegg foi considerado o vencedor do primeiro debate com uma margem folgada. E não foi só isso: pesquisas de intenção de voto apontavam para os Liberais como vencedores do pleito. Naturalmente isso não aconteceu, porém essas afirmativas servem para demonstrar que de fato, a *Cleggmania* estava estabelecida.

Apesar desse contexto, Nick Clegg não chegou ao cargo de Primeiro Ministro. Algo que não chega a surpreender. O que pode ser considerado uma surpresa foram seus resultados. Os Liberais perderam cadeiras em relação à legislatura anterior, assim como receberam uma votação ligeiramente menor do que em 2005, quando o partido não era sequer liderado por Nick Clegg. Ao mesmo tempo, a votação nominal dos partidos chamados “nanicos” aumentou, enquanto a concentração de votos recebidos por Conservadores e Trabalhistas diminuiu. Não trata portanto de um fenômeno de personalismo, mas sim de um desgaste dos dois principais partidos que leva o eleitor a buscar outras alternativas. Os Liberais se aproveitaram de um estreitamento na diferença entre os dois principais partidos para, assim, chegarem ao gabinete, com Nick Clegg no posto de vice premiê.

Ao analisarmos os resultados eleitorais do século XX e as primeiras eleições do século XXI, percebemos que, na verdade, esse desgaste já é relativamente antigo. A quantidade de votos que ambos os partidos receberam, somados, vem caindo pouco a pouco desde muito antes de 2010, como já citado anteriormente. A tabela abaixo demonstra o quanto essa concentração vem diminuindo já a partir dos anos 70 e, principalmente, dos anos 80.

Tabela 5.

1. Trends in party support, UK 1922–2010

	Conservative and Labour (%)	Liberal/Alliance/Liberal Democrat (%)	Others (%)
1922	68.2	28.8	3.0
1923	68.7	29.1	1.6
1924	80.1	17.8	2.1
1929	75.2	23.5	1.3
1931	91.6	7.0	1.4
1935	91.3	6.7	2.0
1945	87.6	9.0	3.4
1950	89.5	9.1	1.4
1951	96.8	2.6	0.6
1955	96.1	2.7	1.2
1959	93.2	5.9	0.9
1964	87.5	11.2	1.3
1966	89.9	8.5	1.5
1970	89.5	7.5	3.0
1974 (February)	75.1	19.3	5.6
1974 (October)	75.1	18.3	6.7
1979	80.8	13.8	5.4
1983	70.0	25.4	4.6
1987	73.1	22.6	4.4
1992	76.3	17.8	5.8
1997	73.9	16.8	9.3
2001	72.4	18.3	9.4
2005	67.6	22.0	10.4
2010	65.1	23.0	11.9

Between 1922 and 1945 the figures include a small number of votes cast in 'university seats' elected by single transferable vote. In 1922 Liberal includes both Liberal and National Liberal.

Sources: C. Rallings and M. Thrasher, *British Electoral Facts 1832–2006*, Ashgate, 2007; 2010 Nuffield Election Study data set compiled by Robert Ford.

Fonte: Curtice 2010

Desta forma, a questão a ser levantada é a seguinte: o que impede que a situação representada na quantidade de votos nominais seja reproduzida no Parlamento. A resposta é uma só: sistema distrital majoritário simples.

A apresentação do sistema eleitoral é, talvez, a parte mais fundamental dessa introdução ao sistema político. Não se entende a realidade britânica sem que o sistema distrital majoritário de turno único seja totalmente compreendido. A opção feita pelos britânicos foi clara: o Parlamento deve ser a casa de um governo forte, que tenha a capacidade de controlar a agenda e os rumos da própria casa. Vale ressaltar aqui, no entanto, que o sistema distrital é muito antigo no Reino Unido, sendo anterior à reforma de 1918, que foi responsável pela universalização do sufrágio. Dessa forma, não faria nem mesmo sentido em propor um sistema que acolhesse minorias, uma vez que elas estavam de fato fora do jogo político.

O sistema porém foi mantido após a Reforma de 1918, mas isso também não é difícil de se explicar. Como explicado no histórico dos resultados eleitorais do século XX, salvo em momentos pontuais, o sistema eleitoral não gerou grandes dificuldades na questão da representação. Claro que isso não quer dizer que o sistema não tenha gerado problemas. Muito pelo contrário. Mas eram problemas de ordem menor: Trabalhistas e Conservadores conquistando cadeiras no Parlamento de forma não proporcional em relação aos números de votos nominais. Mas, para todos os efeitos, ambos eram sempre os partidos mais bem votados, ou seja, a vontade política do eleitorado estava sendo representada, mesmo que com algumas distorções.

A situação passa a mudar, no entanto, a partir da década de 80. A vontade política da população passa a ser ignorada por um sistema acostumado a uma população menos heterogênea politicamente.

A questão central na vida política britânica parece estar, definitivamente, na questão distrital. O trabalho da Boundary Commission é ingrato, uma vez que lida menos com fatores matemáticos e mais com fatores subjetivos. Ao traçar a composição dos distritos espalhados pelo Reino Unido, a comissão faz mais do que isso: ela influencia, de maneira indireta e mesmo involuntária, o resultado das eleições seguintes.

A opção pela manutenção do sistema distrital até os dias de hoje faz com que os votos dos eleitores sejam tomados com pesos diferentes. Uma vez que o tamanho dos distritos não pode ser definido de maneira arbitrária, a diferença nos tamanhos de cada distrito acaba sendo um dos principais elementos a explicar a vida eleitoral inglesa como citado anteriormente. Em alguns distritos, o candidato que ficou em segundo lugar conseguiu mais votos que outros

candidatos vitoriosos de outros distritos menores. O problema da representatividade é hoje o mais urgente no Reino Unido.

A questão passa por algo ainda maior: a opção pelo voto distrital de forma majoritária simples. É claro que a questão do tamanho eleitoral dos distritos faz muita diferença, mas qual seria a situação se todos os distritos fossem exatamente do mesmo tamanho? Certamente a diferença seria grande, mas a essência do problema seria mantida devido à dificuldade de um sistema distrital dar conta de representar o seu eleitorado de forma mais aproximada da realidade. O exemplo citado anteriormente no qual dois partidos disputam sozinhos as eleições e um dos partidos recebe 49% dos votos em todos os distritos é emblemático. Nessa situação hipotética (e exagerada, claro) este partido não receberia nenhuma cadeira no Parlamento, apesar de ser o preferido de 49% do eleitorado.

Temos, então, uma situação na qual partidos recebem votos que não são de forma alguma representados no Parlamento, instância máxima da democracia britânica. Em um contexto bi partidário, o problema já existiria. O exemplo deixa isso claro. Mas para não ficarmos apenas no exemplo, podemos observar com cuidado as eleições de 1951. Naquele ano, Trabalhistas e Conservadores receberam, juntos, cerca de 97% dos votos, o auge do bi partidarismo inglês. A diferença na quantidade de votos nominais, no entanto não refletiu a formação do Parlamento. Trabalhistas receberam pouco menos de 1% a mais dos votos nominais, porém os Conservadores formaram a maioria do Parlamento, conquistando 17 cadeiras a mais. Por mais estreita que tenha sido a diferença de votos nominais, ela existiu e não foi retratada na formação do Parlamento e, conseqüentemente, do Gabinete.

Por outro lado, as eleições mais recentes, já no século XXI, apontam para uma situação nova que agrava ainda mais essa situação. A partir do momento em que um novo partido surge como alternativa, o sistema trata de reduzi-lo a quase nada. Os Liberais, no contexto atual, que o digam. Nas eleições de 2001 e de 2005, por exemplo, os Liberais receberam cerca de 20% dos votos (18.3% na primeira e 22.1% na segunda). Certamente uma parcela razoável do eleitorado. Todavia, a representação no Parlamento foi muito baixa: na primeira, conquistaram 52 cadeiras, enquanto na segunda 62. Difícil encontrar outro elemento que não o sistema distrital para culpar.

Nas eleições de 2010 a saga dos Liberais continuou: com, novamente, mais de 20% dos votos, o partido conquistou o direito de ocupar apenas 57 cadeiras.

Os elementos a serem considerados no momento de analisar o resultado de um processo eleitoral são diversos e carregados de complexidades próprias. Dificilmente pode-se atribuir o resultado a apenas um elemento. As eleições de 2010 no Reino Unido foram marcadas pela realização do debate e, no final, pela saída dos Trabalhistas do Gabinete que ocupavam desde as eleições de 1997. Certamente a realização de debates é um elemento novo e que altera o cenário político. Porém, o resultado eleitoral de 2010, assim como os resultados eleitorais de grande parte das eleições realizadas no país desde o século XX até os dias de hoje, passa diretamente pela questão do sistema político. Essa sim uma questão contundente e decisiva. Se em muitos casos as regras podem influenciar o comportamento do eleitorado, em outros o comportamento do eleitorado também pode influenciar as regras do jogo eleitoral. Seria irresponsável da parte deste trabalho apostar em uma reforma eleitoral britânica em curto prazo que vise a proporcionalidade. Mas parece claro que existe cada vez mais um descompasso entre o que o eleitorado deseja e o que o sistema eleitoral oferece.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, J.A. Guilhon. “Montesquieu:sociedade e poder” in WEFFORT, Francisco Correa. Os clássicos da política. Ática, 2001.

ALMOND, Gabriel. The American people and foreign policy. New York: Hartcut, Brace and Company, 1950.

ANDERSON, Perry. Linhagens do estado absolutista. Afrontamento, 1984.

BARTLE, John; DELLAPIANE-AVELLANEDA, Sebastian; STINSON, James. “*The Moving Centre: preferences for government activity in Britain, 1950-2005*”, in British Journal of Political Science / Volume 41 /, p. 259 285, April 2011.

BATES, Stephen R.; KERR, Peter; BYRNE, Christopher; STANLEY, Liam. “*Questions to the Prime Minister: A Comparative Study of PMQs from Thatcher to Cameron*” in Parliamentary Affairs (2012) 1–28

BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. 1986.

BONAVIDES, Paulo. “Parlamentarismo” in Ciência Política. São Paulo: Editora Malheiros, p. 342-367, 2010

BORISYUK, Galina; JOHNSTON, Ron; RALLINGS, Colin, THRASHER Michael. “*Parliamentary constituency boundaries review and electoral bias: how importante are variations in constituency sizes*”; in. Parliamentary Affairs Vol. 63 No. 1, p. 4–21, 2010.

CHADWICK, Andrew. “*Britain’s first live televised party leaders’ debate: from the news cycle to the political information cycle*” in. Parliamentary Affairs Vol. 64 No. 1, 24–44, 2011.

COLEMAN, Stephen. “*The Televised Leaders’ Debate in Britain: From Talking Heads to Headless Chickens*” in Parliamentary Affairs, Vol. 51 No 2. p. 182-197, 1998

CURTICE, John. “*So what went wrong with the electoral system? The 2010 election result and the debate about electoral reform*” in Parliamentary Affairs, Vol. 63 No. 4, 2010, 623–638

DENVER, David. “*The Results. How Britain Voted*”; in Parliamentary Affairs, Vol. 63 No. 4, p. 588–606, 2010.

DOWDING, Keith. “*The Prime Ministerialisation of the British Prime Minister*” in Parliamentary Affairs (2012) 1–19

DRUCKMAN, James N. The Power of Television Images: The First Kennedy-Nixon Debate Revisited. Journal of Politics, v. 65, n. 2, p. 559-571, 2003.

DUVERGER, Maurice. Los partidos políticos. FCE, 1957.

GUDGIN, Graham; TAYLOR, Peter J. Electoral bias and the distribution of party voters. Transactions of the Institute of British Geographers, p. 53-74, 1974.

JOHNSTON, Ron et al. *Anatomy of a Labour landslide: the constituency system and the 1997 general election.* Parliamentary Affairs, v. 51, n. 2, p. 131-148, 1998.

JOHNSTON, Ron; ROSSITER, David; PATTIE, Charles. “*Far too elaborate about so little: new parliamentary constituencies for England*” in. Parliamentary Affairs Vol. 61 No. 1, p. 4–30 2008. .

NICOLAU, Jairo Marconi. *Sistemas eleitorais.* FGV Editora, 2004

NORRIS, Pippa. *The politics of electoral reform in Britain.* International political science review, v. 16, n. 1, p. 65-78, 1995.

PINCUS, Steven CA; ROBINSON, James A. *What really happened during the glorious revolution?*. National Bureau of Economic Research, 2011.

ROMERO, Jorge Javier. “*Estúdio Introdutorio*” in **POWELL, Walter W. e DIMAGGIO, Paul. J. (orgs.).** El nuevo institucionalismo en el análisis organizacional. México DF: Fondo de Cultura Econômica, p. 7 – 29, 1999.

SARTORI, Giovanni. “*E a democracia?*” in *Homo Videns.* Televisão e pós-pensamento. Bauru: EDUSC, p. 89-142, 2001.

SARTORI, Giovanni. Ingeniería constitucional comparada: una investigación de estructuras, incentivos y resultados. Fondo de cultura económica, 2003.

SHAW, Eric. *The Labour Party since 1945: Old Labour: New Labour.* Blackwell, 1996.

TAYLOR, Peter J. Some implications of the spatial organization of elections. *Transactions of the Institute of British Geographers*, p. 121-136, 1973.

WEBB, Paul; POGUNTKE, Thomas. “*The Presidentialisation of Politics Thesis Defended*” in Parliamentary Affairs (2012) 1–9

WILDGEN, John K.; ENGSTROM, Richard L. *Spatial distribution of partisan support and the seats/votes relationship.* Legislative Studies Quarterly, p. 423-435, 1980.

WRING, Dominic; WARD, Stephen. *The media and the 2010 campaign: The television election?*. Parliamentary Affairs, v. 63, n. 4, p. 802-817, 2010.

WEBSITES:

BBC: http://news.bbc.co.uk/2/hi/uk_news/politics/election_2010/8654338.stm

BBC: http://news.bbc.co.uk/2/hi/uk_news/politics/election_2010/default.stm

British Electoral Studies: <http://www.essex.ac.uk/bes/>